

**UNIVERSIDADE ALTO VALE DO RIO DO PEIXE – UNIARP
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA

**O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUINDO A
PROMOÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS**

**CAÇADOR
2021**

DANIELE JACIARA TELLE DA COSTA

**O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUINDO A
PROMOÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado como exigência para
obtenção do título de bacharel, do Curso
de Serviço Social, da Universidade Alto
Vale do Rio do Peixe –UNIARP.

Orientadora: Professora Dr^a Fatima
Noely da Silva

**CAÇADOR
2021**

TERMO DE ISENÇÃO DE RESPONSABILIDADE

Declaro para todos os fins de direito, que assumo total responsabilidade pelo aporte ideológico conferido ao presente trabalho, isentando a Universidade Alto Vale do Rio do Peixe – UNIARP. a coordenação do Curso de Serviço Social, a Banca Examinadora e o Orientador de toda e qualquer responsabilidade acerca do mesmo.

Caçador, ____/____/____

Acadêmico: _____

Assinatura

DANIELE JACIARA TELLES DA COSTA

**O SERVIÇO SOCIAL E O PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUINDO A
PROMOÇÃO SOCIAL DAS FAMÍLIAS BENEFICIÁRIAS**

A Comissão Examinadora, abaixo assinada, aprova com nota _____ este Trabalho de Conclusão de Curso apresentado no Curso de Serviço Social da Universidade Alto Vale do Rio do Peixe - UNIARP. como requisito final para obtenção do título de:

Bacharel em Serviço Social

Prof. Dra. Fátima Noely da Silva
Coordenadora do Curso de Serviço Social

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dra. Fátima Noely da Silva - UNIARP
(Presidente da Banca/ Orientador)

Profa. Ma. Lilian Capelin - UNIARP
(Membro da banca)

Profa. Dra. Hillevi Maribel Haymussi- UNIARP
(Membro da banca)

Caçador, SC, 02 de dezembro de 2021.

AGRADECIMENTOS

Agradeço primeiramente a Deus pelo dom da vida, pela saúde e sabedoria para buscar a realização dos meus objetivos e sonhos.

Agradeço aos meus familiares de modo geral que me apoiaram, incentivaram, fortaleceram e acima de tudo acreditaram em meu potencial nesta trajetória acadêmica, a qual não foi fácil, mas certamente valerá a pena. Agradecer em especial minha avó Anita Colaço Telles, minha primeira professora a qual nunca mediu esforços para que eu alcançasse meus objetivos, e depois dela não menos importante minha mãe Simone de Fatima Colaço a qual sendo também minha professora, contribuiu para minha formação e para que aqui eu chegasse, concluindo uma graduação.

Estendo meus agradecimentos a todos aqueles que direta ou indiretamente fizeram parte dessa jornada através da torcida ou através de um simples “vai dar certo!”, “Deus te abençoe, e tenha fé!”, a estes minha eterna gratidão.

Ao corpo docente do curso de serviço social que ao longo dessa trajetória mostraram empenho e com êxito repassaram seus ensinamentos a nós acadêmicos, sou extremamente grata, e que em minha trajetória enquanto futura profissional tenha um pouco daquilo que vocês significam pra mim: brilhantes profissionais e seres humanos.

A minha orientadora e coordenadora do curso Fatima Noely da Silva, pela paciência, e por escolher a mim para repassar seu conhecimento, lembrarei por todo o sempre.

Agradecer a professora Marilene Boscari, (in memoriam) responsável por me incentivar a retomar minha graduação após ter desistido do curso de serviço social há alguns anos. Deus certamente lhe acolheu em um bom lugar, exemplo de ser humano e profissional.

As minhas supervisoras de estágio que contribuíram para minha formação acadêmica.

Enfim, gratidão a vida pelo sonho realizado e como sempre falo fui escolhida pelo curso e não houve escolha melhor.

RESUMO

Este Trabalho de Conclusão de Curso tem por objetivo identificar como o Serviço Social e os Programas de Transferência de Renda, enfatizando o Programa Bolsa Família, institui a promoção social das famílias Beneficiárias. A Modalidade de TCC utilizada foi revisão de literatura, conforme aprovada pelo Colegiado de Curso, sendo uma pesquisa qualitativa com abordagem descritiva de cunho interpretativo. O que impulsionou na escolha do tema foi destacar a importância da Profissão de Serviço Social e do Profissional Assistente Social na intervenção do Programa Bolsa Família, objetivando a tentativa dos usuários terem acesso aos Direitos Sociais e assim oportunizando esses usuários a promoção social e empoderamento humano. Primeiramente, foi discorrido sobre o serviço social no sistema capitalista e no contexto social vivenciado pelos usuários, destacando a questão social e as suas expressões diante da sociedade capitalista e da profissão de Serviço Social, referenciamos o sistema conservador e a evolução histórica com o Movimento de Reconceituação, destacamos o Projeto ético Político do Serviço Social, como marco histórico de uma construção coletiva. Reforçamos a importância da Unidade Teoria-Prática, efetivando-se na Dimensões Constitutivas do Serviço Social, e o uso do Código de Ética Profissional. Pesquisamos sobre o Serviço Social junto as Políticas Públicas e Sociais, promovendo a emancipação e empoderamento humano, destacando as Políticas Sociais na tentativa de atenuar a desigualdade social, nessa continuidade, descrevemos sobre os Programas de Renda como suporte para as famílias em vulnerabilidade Social, ao descrever sobre o Programa Bolsa Família e os impactos dos usuários de Política de Assistência Social associamos com a intervenção do Assistente Social junto ao referido Família.

Palavras-chave: Serviço Social. Programa Bolsa Família. Promoção Humana.

ABSTRACT

This Course Conclusion Work aims to identify how the Social Service and Income Transfer Programs, emphasizing the Bolsa Família Program, institute the social promotion of beneficiary families. The TCC modality used was a literature review, as approved by the Course Collegiate, being a qualitative research with a descriptive and interpretive approach. What motivated the choice of the theme was to highlight the importance of the Social Work Profession and the Social Worker Professional in the intervention of the Bolsa Família Program, aiming at the attempt of users to have access to Social Rights and thus providing these users with social promotion and human empowerment. Firstly, it was discussed about social service in the capitalist system and in the social context experienced by users, highlighting the social issue and its expressions in the face of capitalist society and the Social Service profession, we refer to the conservative system and the historical evolution with the Movement of Re-conceptualizing, we highlight the Political Ethical Project of Social Service, as a historic landmark of a collective construction. We reinforce the importance of the Theory-Practice Unit, taking effect in the Constitutive Dimensions of Social Work, and the use of the Code of Professional Ethics. We researched about Social Work together with Public and Social Policies, promoting human emancipation and empowerment, highlighting Social Policies in an attempt to mitigate social inequality, in this continuity, we describe about Income Programs as support for families in social vulnerability, describe about the Bolsa Família Program and the impacts of Social Assistance Policy users associated with the intervention of the Social Worker with the aforementioned Family.

Keywords: Social Service. Bolsa Família Program. Human Promotion.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS	10
1.1 TIPO DE PESQUISA.....	10
2 O SISTEMA CAPITALISTA E A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL	11
2.1 O SISTEMA CAPITALISTA E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	11
2.2 A QUESTÃO SOCIAL E AS SUAS EXPRESSÕES DIANTE DA SOCIEDADE CAPITALISTA E DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL.....	15
2.3 O RETROGRADO SISTEMA CONSERVADOR E A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO.....	17
2.4 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: UM MARCO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA.....	20
2.5 A UNIDADE TEORIA/ PRÁTICA EFETIVANDO-SE NAS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL.....	22
2.6 A EVOLUÇÃO DOS CÓDIGOS DE ÉTICA COMO REFERÊNCIA DO AGIR PROFISSIONAL.....	24
2.7 O SERVIÇO SOCIAL JUNTO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS PROMOVENDO A EMANCIPAÇÃO E O EMPODERAMENTO HUMANO.....	29
2.8 AS POLÍTICAS SOCIAIS NA TENTATIVA DE ATENUAR A DESIGUALDADE SOCIAL.....	29
2.9 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMO SUPORTE PARA AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL.....	33
2.10 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS IMPACTOS NOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL.....	34
2.11 O SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUINDO A PROMOÇÃO E O EMPODERAMENTO HUMANO.....	39
CONSIDERAÇÕES FINAIS	46
REFERÊNCIAS	48

INTRODUÇÃO

O trabalho de conclusão de Curso (TCC) tem como título: O Serviço Social e o Programa Bolsa Família, instituindo a Promoção Social das Famílias beneficiárias, o TCC é uma exigência do curso de Serviço Social da Universidade do Alto do Rio do Peixe (UNIARP) de Caçador, sendo uma obrigatoriedade para obtenção do título de bacharel em Serviço Social. Esse momento é de grande significância acadêmica, pois fazemos um aparato geral dos principais pontos estudado durante os anos e escolhemos um tema para ser aprofundado e associado a profissão de Serviço Social. haja visto que uma das demandas constantes atendidas pelo Assistente Social são beneficiários do Programa Bolsa Família.

Como mencionado anteriormente, a escolha do tema foi destacar a importância da Profissão de Serviço Social e do Profissional Assistente Social na intervenção do Programa Bolsa Família, objetivando a tentativa de os usuários terem acesso aos Direitos Sociais e assim oportunizando esses usuários a promoção social e empoderamento humano.

A monografia tem por objetivo demonstrar teoricamente a trajetória histórica da profissão destacando a importância da Intervenção do Assistente Social, junto aos Programas de Transferência, enfatizando o Programa Bolsa Família e os impactos na qualidade de vida dos usuários.

Mediante ao exposto, torna-se imprescindível pensar sobre quais os motivos que levam as pessoas a precisarem dos programas de transferência de renda e os impactos desses programas na promoção Social e empoderamento humano. Observa-se pela pesquisa bibliográfica, que muitos usuários iniciam pelo CAD ÚNICO e logo são inseridos nos programas, projetos e ações sociais, o que garantem a possibilidade de uma melhor qualidade de vida.

O Serviço Social, é uma profissão de caráter interventivo que apoia a luta pela justiça e acesso aos direitos tem como objetivo fortalecer os vínculos, como objeto de trabalho são as expressões da questão social advindas do conflito entre o Capital e trabalho , tendo como demanda os usuários dos Programas de Transferência de Renda, aponta-se o seguinte problema desta monografia: Como o Serviço Social e o Programa Bolsa Família, instituem a Promoção Social das famílias beneficiárias? Como objetivo geral elenca-se: Identificar a importância do Serviço Social e do Programa Bolsa Família na Promoção Social e Emancipação Humana e os impactos

na vida dos usuários.

Como objetivos específicos aponta-se:

- Descrever os fundamentos históricos do Serviço Social e o Sistema Capitalista;
- Refletir os motivos que levam o usuário a necessitar dos Programas Sociais e das Políticas Públicas
- Associar a Profissão de Serviço Social e a Intervenção do Assistente junto aos programas de transferência de Renda e do Programa Bolsa Família

No primeiro item, faremos uma análise sobre o sistema capitalista e suas consequências, considerando a conexão intrínseca existente entre o modo de produção capitalista e o Serviço Social como profissão, enfatizando o objeto do Serviço social e as suas expressões, destacamos o movimento de Reconceituação e seus impactos para a evolução da profissão, o Projeto ético Político e a Contribuição para a formação profissional, as Dimensões Constitutivas diante do agir profissional, conclui-se esse item do referencial destacando a importância da evolução histórica dos Códigos de Ética Profissional, norteando o agir profissional.

No segundo item abordaremos a importância da efetivação das Políticas Públicas e Sociais na tentativa de atenuar as desigualdades sociais, iremos destacar os programas de transferência de renda como suporte para as famílias em vulnerabilidade social, com ênfase no Programa Bolsa Família e os impactos nos usuários da Política de Assistência Social e para finalizar associaremos a Profissão de Serviço Social e a Intervenção do Assistente Social junto ao Programa Bolsa Família, instituindo a Promoção Humana. Logo após as considerações finais que trazem uma análise do tema apontado, onde são retomados os pontos mais significantes do estudo, levando em consideração os objetivos propostos, demonstrando a atuação profissional Assistente Social como um profissional que efetiva o acesso a este direito, o da adoção. Por fim, as referências bibliográficas utilizadas para a elaboração da monografia.

1 DELIMITAÇÕES METODOLÓGICAS

Segundo Denzin e Lincoln (2006) a pesquisa qualitativa envolve uma abordagem interpretativa do mundo, o que significa que seus pesquisadores estudam as coisas em seus cenários naturais, tentando entender os fenômenos em termos dos significados que as pessoas a eles conferem.

Seguindo essa linha de raciocínio, Vieira e Zouain (2005) afirmam que a pesquisa qualitativa atribui importância fundamental aos depoimentos dos atores sociais envolvidos, aos discursos e aos significados transmitidos por eles.

Todo este processo faz parte da metodologia, que por sua vez é “o estudo da organização, dos caminhos a serem percorridos, para se realizar uma pesquisa ou um estudo, ou para se fazer ciência” (GERHARDT; SILVEIRA, 2009, p.12).

Segundo Silva & Menezes (2000, p.21):

“a pesquisa descritiva visa descrever as características de determinada população ou fenômeno ou o estabelecimento de relações entre variáveis. Envolve o uso de técnicas padronizadas de coleta de dados: questionário e observação sistemática. Assume, em geral, a forma de levantamento”.

1.1 TIPO DE PESQUISA

O estudo será desenvolvido por meio de pesquisa qualitativa com abordagem descritiva de cunho interpretativo. Gerhardt e Silveira (2009, p.31) salientam que:

A pesquisa qualitativa não se preocupa com representatividade numérica, mas, sim, com o aprofundamento da compreensão de um grupo social, de uma organização, etc. Os pesquisadores que adotam a abordagem qualitativa opõem-se ao pressuposto que defende um modelo único de pesquisa para todas as ciências, já que as ciências sociais têm sua especificidade, o que pressupõe uma metodologia própria. Assim os pesquisadores qualitativos recusam o modelo positivista aplicado ao estudo da vida social, uma vez que o pesquisador não pode fazer julgamentos nem permitir que seus preconceitos e crenças contaminem a pesquisa.

Para o início, desenvolvimento e conclusão da referida pesquisa, utilizou-se de aporte teórico de livros, teses, artigos e dissertações que discorrem a temática contribuição e intervenção do assistente social junto aos usuários beneficiários dos Programas de Transferência de renda, bem como pesquisa das leis e regulamentações que surgem como base teórica. Esse estudo possibilitou a análise, a associação de conteúdo e interpretação subsidiando o tema.

2 O SISTEMA CAPITALISTA E A TRAJETÓRIA HISTÓRICA DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Neste capítulo faremos uma análise sobre o sistema capitalista e suas consequências, considerando a conexão intrínseca existente entre o modo de produção capitalista e o Serviço Social como profissão, enfatizando o objeto do Serviço social e as suas expressões, destacamos o movimento de Reconceituação e seus impactos para a evolução da profissão , o Projeto ético Político e a Contribuição para a formação profissional , as Dimensões Constitutivas diante do agir profissional , conclui-se esse item do referencial destacando a importância da evolução histórica dos Códigos de Ética Profissional, norteando o agir profissional .

2.1 O SISTEMA CAPITALISTA E A PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

O surgimento do Serviço Social no mundo é produto das consequências do modo de produção capitalista, que se consolida no final do século XVIII, na Inglaterra, principalmente em Londres, e depois se expande por toda a Europa (IAMAMOTO, 2008). Modo de produção refere-se à forma como a sociedade produz seus bens, sendo o *locus* dessa produção a indústria. Martinelli (2011, p.29) explica o capitalismo “como um determinado modo de produção, marcado não apenas pela troca monetária, mas essencialmente pela dominação do processo de produção pelo capital”.

O sistema capitalista visa o lucro, dessa maneira, as pessoas vendem sua mão de obra em troca de salários, em outras palavras, em troca de sobrevivência, renunciando ao seu tempo e colocando em dúvida se algum dia irão poder se aposentar. Esse acúmulo de capital traz à tona outras situações, miséria, o pauperismo e, até mesmo, o desemprego, isto por que, com a grande quantidade de máquinas substituindo a mão de obra faz com que haja necessidade de pouca mão de obra (FONTES, 2017).

As crises são a marca genética do capitalismo, ele as agudiza. As crises sociais, econômicas, políticas, ambientais, humanas etc. não são suficientes para a superação do capitalismo. É necessário transformar a forma de ser social, alterar profundamente a relação entre os próprios seres sociais e entre nós e a natureza. É preciso enfrentar o capitalismo (FONTES, 2017, p. 414).

O modo de produção capitalista se caracteriza pelas relações assalariadas de produção. Conforme, aponta, Ellen Meiksins Wood, o “capitalismo é um sistema em que os bens e serviços, inclusive as necessidades mais básicas da vida, são produzidos para fins de troca lucrativa” (WOOD, 2001 p.12).

O processo de surgimento do capitalismo foi lento e gradual, iniciando-se na chamada Baixa Idade Média (do século XIII ao XV), com a formação de pequenas cidades comerciais, denominadas burgos. Essas cidades desafiavam a ordem então vigente na época, a do feudalismo, em que a Europa era repartida em vários feudos, cada um comandado exclusivamente pelo seu Senhor Feudal (PENA, 2019, n.p).

As análises dos dilemas do exercício profissional exige a compreensão das determinações objetivas das relações capitalistas sobre a profissão. O processo de trabalho capitalista é presidido pela inversão do domínio do trabalho morto sobre o trabalho vivo. Seguindo a análise de Marx, a “dominação do capitalista sobre o trabalhador é, conseqüentemente a da coisa sobre o homem, do trabalho morto sobre o trabalho vivo, do produto sobre o produtor” (Marx, 1978, p. 20).

A condição assalariada do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidos no âmbito do trabalho coletivo. Além disso, normas contratuais condicionam o conteúdo e estabelecem limites e possibilidades às condições de realização da ação profissional (Iamamoto, 2007, p. 218-219).

A condição assalariada do exercício profissional pressupõe a mediação do mercado de trabalho. Assim, as exigências impostas pelos distintos empregadores materializam demandas, estabelecem funções e atribuições, impõem regulamentações específicas a serem empreendidos no âmbito do trabalho coletivo. Além disso, normas contratuais condicionam o conteúdo e estabelecem limites e possibilidades às condições de realização da ação profissional.

Em razão destas revoluções, as populações da área rural foram impulsionadas pela Lei de Cercamentos a migrar para cidade em busca de emprego e melhores condições de vida, evento que foi chamado de êxodo rural (ANDRADE, 2018).

A produção e a reprodução das relações sociais capitalistas não se restringem à relação capital e trabalho nas condições objetivas de produção e reprodução da vida material, mas englobam um complexo mais amplo, envolvendo a totalidade da vida social e de suas formas de consciência social e expressões culturais.

Marx e Engels (2009, p. 31) expõem:

A produção das ideias, das representações, da consciência, está em princípio diretamente entrelaçada com a atividade material e o intercâmbio material dos homens, linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens aparece aqui ainda como direta exsudação do seu comportamento material. O mesmo se aplica à produção espiritual como ela se apresenta na linguagem da política, das leis, da moral, da religião, da metafísica etc. de um povo. Os homens são os produtores das suas representações, ideias etc., e precisamente os homens condicionados pelo modo de produção da sua vida material, pelo seu intercâmbio material e o seu desenvolvimento posterior na estrutura social e política.

A acumulação capitalista sempre produz, na proporção de sua expansão, uma população trabalhadora relativamente supérflua, que ultrapassa as necessidades médias da expansão do capital. Dessa forma:

Com a magnitude do capital social já em funcionamento e seu grau de crescimento, com a ampliação da escala de produção e da massa de trabalhadores mobilizados, com o desenvolvimento da produtividade do trabalho, com o fluxo mais vasto e mais completo dos mananciais da riqueza, amplia-se a escala em que a atração maior dos trabalhadores pelo capital está ligada à maior repulsão deles. Além disso, aumenta a velocidade das mudanças na composição orgânica do capital e na sua forma técnica, e número crescente de ramos de produção é atingido, simultânea ou alternativamente, por essas mudanças. Por isso, a população trabalhadora, ao produzir a acumulação do capital, produz, em proporções crescentes, os meios que fazem dela, relativamente, uma população supérflua. (Marx, 1968, p. 732).

Essas pessoas que buscavam uma melhor condição de vida, uma renda, entretanto acabavam se deparando com o chamado “chão da fábrica” e a crescente substituição da mão de obra humana pelas máquinas, acarretando demissões de muitos operários (ESTEVÃO, 2006).

Com o êxodo rural, as demissões dos operários, a falta de planejamento urbano, o inchaço das periferias circundadas aos grandes centros, as pessoas começaram a se deparar com o desemprego, a pobreza, a fome, a desigualdade e a violência que foi denominada pela burguesia como expressões da “Questão Social” (ESTEVÃO, 2006).

O capitalismo é um sistema que entendemos como exploração da mão-de-obra do proletariado. Deste modelo econômico surgem graves consequências, as expressões da “questão social”, congruente às suas contradições (IAMAMOTO; CARVALHO, 1985). Na medida em que esse sistema gera cada vez mais riqueza e ganha solidez, crescem também a pobreza, a fome, a violência, a miséria e as inúmeras desigualdades do mundo.

Destarte, o surgimento do Serviço Social relaciona-se diretamente com as próprias mazelas produzidas pelo capitalismo (LINS; ALEXANDRE, 2014). Ao

mesmo tempo em que surge como uma resposta às necessidades da acumulação do capital, o Serviço Social, enquanto categoria passa a atuar na linha de frente no enfrentamento às desigualdades sociais, tendo de trabalhar em contato direto com as contradições do sistema capitalista, lidando cotidianamente com as demandas reais da classe trabalhadora. Muito provavelmente, a realidade com a qual se deparam os assistentes sociais exerce pressões diversas a sua atuação prática operacional.

Dessa forma, e seguindo a linha argumentativa de Lima (2016), compreendemos que o Serviço Social emerge e afirma-se enquanto profissão como estratégia de controle social necessária à manutenção e consolidação do sistema capitalista. Sua história se articula diretamente aos processos dos movimentos sociais e se insere no contexto de acirramento da luta de classes. As políticas de assistência são produto de necessidades sócio-históricas e, dessa forma, aparecem como ferramenta de apaziguamento dos conflitos e tensões sociais.

Na mesma direção, Martinelli (2011, p. 66) corrobora para a discussão, pois afirma que:

A origem do Serviço Social como profissão tem, pois, a marca profunda do capitalismo e do conjunto de variáveis que a ele estão subjacentes – alienação, contradição, antagonismo -, pois foi nesse vasto caudal que ele foi engendrado e desenvolvido.

Prates e Carraro (2017) atentam para o trabalho do Assistente Social frente às contradições:

Nosso trabalho profissional precisa contemplar elementos que instiguem a organização, a participação e a politização, processos sociais complexos que exigem mediações substantivas; precisa retomar as articulações de base, nas comunidades, nas organizações da sociedade civil, nos sindicatos aos quais nos filiamos como trabalhadores, na aliança com outras categorias de trabalhadores, nos conselhos setoriais e de direitos, nos fóruns, nas instâncias de organização da categoria, no conjunto Conselho Federal de Serviço Social/Conselho Regional de Serviço Social (CFESS/CRESS), na Executiva Nacional dos Estudantes de Serviço Social (ENESSO) e na ABEPSS, fortalecendo a nossa organização coletiva, para que tenhamos forças para fazer frente a tudo isso e lutar contra a redução de direitos, lutar pela garantia de um ensino de qualidade e por condições 15 de trabalho dignas (PRATES; CARRARO, 2017, p. 169-170)

Ainda que em suas origens a categoria profissional carregue balizas conservadoras, são as ações engendradas pelos sujeitos, em contato com a realidade objetiva, as responsáveis por materializá-la (IAMAMOTO, 2015). Tais

ações tanto podem convergir para a manutenção desse projeto rudimentar, como também podem assumir uma postura de resistência e combate ao mesmo. São os momentos históricos que as determinam. A História tem nos mostrado no decorrer da sua trajetória que o Serviço Social tem sido um espaço de disputa, jamais estático, sempre em constante movimento.

2.2 A QUESTÃO SOCIAL E AS SUAS EXPRESSÕES DIANTE DA SOCIEDADE CAPITALISTA E DA PROFISSÃO DE SERVIÇO SOCIAL

Sabe-se que há uma grande parcela da população que detém muitos bens, enquanto outros por sua vez vivem na extrema pobreza, sendo notório a má distribuição de renda, bem como as falhas nas políticas sociais que configuram as disparidades de modo geral, essas desigualdades são decorrências do sistema capitalista com suas múltiplas formas e as várias expressões da questão social que trazem à tona as desigualdades sociais e a privação do acesso a vários direitos (CHAVES; ARCOVERDE, 2021).

Sobre o fenômeno das desigualdades, intrínseco e/ou produzido na relação entre capital e trabalho — e que, juntamente à exploração do primeiro sobre o segundo, é a base de constituição da questão social e logo dos estados de privação, levando em conta a posição do contratualista (CHAVES; ARCOVERDE 2021, p.167).

A pobreza pode ser entendida de várias maneiras, mas de modo geral remete na ausência de algumas necessidades básicas, no acesso as políticas sociais. E o que tem se buscado é subsidiar as políticas públicas no enfrentamento a pobreza e as expressões da questão social. No Brasil, segundo Godinho (2011), a pobreza está diretamente ligada a desigualdade social e a má distribuição de renda, nesses moldes as políticas sociais articulam meios de reduzir e atenuar as vulnerabilidades sociais que assolam por anos a população desprovida de recursos econômicos e sociais. Segundo o autor:

Pensar no enfrentamento da pobreza nos remete refletir sobre o papel das políticas sociais que neste contexto além de ampliar a cobertura e a qualidade das políticas estruturantes deverá desenvolver estratégias de redistribuição de riqueza (GODINHO, 2011, p. 04).

A autora IAMAMOTO, (1997, p.14), define o objeto do Serviço Social nos seguintes termos:

Os assistentes sociais trabalham com a questão social nas suas mais variadas expressões quotidianas, tais como os indivíduos as experimentam no trabalho, na família, na área habitacional, na saúde, na assistência social pública etc. Questão social que sendo desigualdade é também rebeldia, por envolver sujeitos que vivenciam as desigualdades e a ela resistem, se opõem. É nesta tensão entre produção da desigualdade e produção da rebeldia e da resistência, que trabalham os assistentes sociais, situados nesse terreno movido por interesses sociais distintos, aos quais não é possível abstrair ou deles fugir porque tecem a vida em sociedade. [...] ... a questão social, cujas múltiplas expressões são o objeto do trabalho cotidiano do assistente social”.

Segundo FALEIROS, (1997, p. 37):

“... a expressão questão social é tomada de forma muito genérica, embora seja usada para definir uma particularidade profissional. Se for entendida como sendo as contradições do processo de acumulação capitalista, seria, por sua vez, contraditório colocá-la como objeto particular de uma profissão determinada, já que se refere a relações impossíveis de serem tratadas profissionalmente, através de estratégias institucionais/relacionais próprias do próprio desenvolvimento das práticas do Serviço Social. Se forem as manifestações dessas contradições o objeto profissional, é preciso também qualificá-las para não colocar em pauta toda a heterogeneidade de situações que, segundo Netto, caracteriza, justamente, o Serviço Social”.

Para Castel :

[...] o problema atual não é apenas o da constituição de uma ‘periferia precária’, mas também o da ‘desestabilização dos estáveis’ [...]. Assim como o pauperismo do século XIX estava inserido no coração da dinâmica da primeira industrialização, também a precarização do trabalho é um processo central, comandado pelas novas exigências tecnológico-econômicas da evolução do capitalismo moderno. Realmente, há aí uma razão para levantar uma ‘nova questão social’ que, para espanto dos contemporâneos, tem a mesma amplitude e a mesma centralidade da questão suscitada pelo pauperismo na primeira metade do século XIX” (CASTEL, 1995, p. 526)

Conforme a “Questão Social”, tornou-se um elemento evidente em meio a este cenário de êxodo rural e de aumento das populações urbanas o surgimento de novas expressões da questão social. Diante da preocupação do Estado com problemas enfrentados nas áreas políticas e sociais, essas questões culminaram na criação da profissão de Serviço Social (ESTEVÃO, 2006).

A concepção de Questão social amplamente divulgada âmbito do Serviço Social:

A questão social não é senão as expressões do processo de formação e desenvolvimento da classe operária e de seu ingresso no cenário político da sociedade, exigindo seu reconhecimento como classe por parte do empresariado e do Estado. É a manifestação, no cotidiano da vida social, da contradição entre o proletariado e a burguesia, a qual passa a exigir outros tipos de intervenção mais além da caridade e repressão (CARVALHO;

IAMAMOTO, 1983, p. 77):

Também pode ser compreendida como:

O conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura, que têm uma raiz comum: a produção social é cada vez mais coletiva, o trabalho torna-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos se mantém privada, monopolizada por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 2000, p. 27).

A questão social de um país encontra-se atrelada aos seus vínculos históricos. No Brasil, a escravidão, que perdurou até o ano de 1888, deixou reflexos sociais marcantes, mudando o destino da nossa sociedade (COSTA, 2010, p.13). Por essa razão, temas como renda, miséria, pobreza, desigualdade e fome se interligam, naturalmente, por si só.

2.3 O RETROGRADO SISTEMA CONSERVADOR E A EVOLUÇÃO DO MOVIMENTO DE RECONCEITUAÇÃO

Esse cenário de acirramento das lutas sociais foi terreno fértil para o surgimento de uma produção intelectual crítica do Serviço Social, decidida a revisitar concepções tradicionalmente consolidadas, se utilizando de um repertório teórico e procedimentos metodológicos construtores da formação intelectual e realização prática do profissional. Contudo, se a um nível mais amplo, esse revisionismo culminou no movimento político de Reconceituação do Serviço Social na América Latina, em 1965, no contexto brasileiro de ditadura militar isso ocorreu na forma de uma Renovação do Serviço Social (MOISÉS, 2017).

Para entender a reconceituação não basta contrapor o “novo” ao “velho” serviço social. É muito simplista, como se houvesse existido somente uma modernização, um aggiornamento de técnicas, que teria sentido na medida em que pudesse ter trazido mais eficiência ou eficácia à atividade profissional. É preciso ir aos fundamentos da reconceituação como um paradigma crítico de análise e de estratégias socioprofissionais (FALEIROS, 2005, p. 22).

Inicia-se um período de expressiva mobilização, com a construção de espaços organizativos, como palestras, seminários de teorização profissional, etc., que passaram a acontecer em diversas localidades do país e serviram de combustível para a luta coletiva que começava a ser travada naquele momento, oportunizando a construção de uma agenda política para a categoria do Serviço Social (MARTINELLI, 2011). Nesses encontros, os assistentes sociais puderam

compartilhar de experiências, sinalizar desafios e apontar para novas perspectivas. Segundo Tinti (2015, p. 51-52):

A reconceituação do Serviço Social no Brasil é parte integrante de um processo no qual se via a urgência de fundar uma unidade profissional que respondesse às problemáticas comuns da América Latina. Entretanto, tal processo não se dá sem dificuldades: com a ausência de uma ruptura total com a tradição e com a evolução dos protagonistas da renovação, ocorre uma sobreposição de referenciais teóricos, concepções ideológicas e indicativos prático-profissionais, ou seja, as linhas de desenvolvimento se misturam.

O processo de renovação vai se direcionar a um novo projeto ético-político, pois a profissão sempre esteve ligada a níveis universitários, dessa forma, a profissão direciona-se a equidade social e justiça. O profissional Assistente Social é comprometido com a classe trabalhadora, sempre buscando conhecimento, e na solidificação crítica da teoria-metodológica, logo, o Congresso da Virada demarcou um novo processo para a categoria (LIMA, 2017).

A partir desse congresso, marcado por grandes transformações e mudanças no que lhe foi proposto anteriormente pelos próprios profissionais de Serviço Social, no que diz respeito à atuação do assistente social e a um novo projeto ético político da profissão, que vem sendo construído historicamente com determinação e conhecimento, demarcando sua direção ao lado da classe trabalhadora e não mais atendendo apenas ao conservadorismo. Mediante a isso, o Assistente Social se posiciona de forma crítica, podendo fazer seus questionamentos para que haja um rebatimento mais amplo de sua ideia ao lado da classe trabalhadora, compartilhando seus conhecimentos e como consequência adquirindo-os (GODOY; COUTO, 2009, p. 03).

Sendo assim, houve grandes mudanças para o Serviço Social, buscando lutar nos movimentos que havia e, também, lutando para que os sujeitos obtivessem seus direitos. É necessário lembrar que, na época, havia um regime militar, o qual contribuiu para impulsionar nesse processo de rompimento com o conservadorismo (GODOY; COUTO, 2009).

O trabalho do assistente social, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) fundamentam-se pelas dimensões: teórico -metodológica, técnico-operativa e ético-política, as quais, orientam a formação e o exercício profissional. Desse modo, é importante ressaltar que elas são indissociáveis, contribuem para uma leitura crítica da atualidade e possibilitam novas alternativas de trabalho, visto que o profissional está inserido em uma conjuntura de contradições da manutenção e ruptura do status quo.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e, em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p. 07)

Serviço Social é uma profissão que trabalha as mais diversas expressões da Questão Social e com as políticas públicas para amenizar as situações de vulnerabilidade e risco social, é o profissional capacitado para levar ao conhecimento dos usuários as formas de acessar os direitos sociais.

Conforme aponta Faleiros (1991) também se torna de extrema relevância reconhecer que as muitas políticas públicas sociais existentes não são resultado apenas de uma lógica de acumulação de uma classe hegemônica ou de um Estado forte, mas também são resultados das “duras lutas” no processo de relação das forças na sociedade.

Segundo Iamamoto (1995), o exercício profissional do assistente social é resultado de uma construção histórica que permite ao Serviço social ser uma profissão cujo projeto de sociedade resulta em um perfil profissional diferenciado em relação às outras profissões. Deste modo, no seu trabalho, o assistente social possui relativa autonomia na instituição em uma relação direta e singular com o usuário “em que o controle institucional não é total, abrindo a possibilidade de redefinir os rumos da ação profissional. Analisar, pois, o exercício profissional em seus limites e possibilidades requer inserir a profissão em sua trajetória histórica e como resultado de construções teórico-práticas dos profissionais. É ponderar entre os extremos do que trata Iamamoto (1995): de um “determinismo social da profissão às forças dominantes” ou a “visão heroica” da profissão.

Conforme (NETTO, 2005. p.123):

O mercado de trabalho para o assistente social seja em instituições estatais ou mesmo privadas demandava um profissional com postura moderna, que atendessem as exigências de uma racionalidade burocrático-administrativa em meio à modernização conservadora “no sentido de compatibilidade do seu desempenho com as normas, fluxos, rotinas e finalidades diamantes daquela racionalidade”

A autocracia burguesa exigia uma nova postura do profissional, era necessário que agisse com racionalidade.

Assim o assistente social tem uma significativa modificação no seu agir profissional como ressalta Netto (2005, p.123):

Sinteticamente, o fato central é que, no curso deste processo, mudou o perfil do profissional demandado pelo mercado de trabalho que as condições novas postas pelo quadro macroscópico da autocracia burguesa faziam emergir: exigia-se um assistente social ele mesmo “moderno” – com um desempenho onde traços “tradicionais” são deslocados e substituídos por procedimentos “racionais”.

Corroboramos com Netto, quando ressalta:

[...] uma perspectiva modernizadora para as concepções profissionais - um esforço no sentido de adequar o Serviço Social, enquanto instrumento de intervenção inserido no arsenal de técnicas sociais a ser operacionalizado no marco de estratégias de desenvolvimento capitalista, às exigências postas pelos processos sócio-políticos emergentes no pós-64. Netto (2005, p.154)

A segunda perspectiva trazida por Netto é a reatualização do conservadorismo que se manifesta no interior da complexa dialética de ruptura e continuidade com o passado profissional, sem prejuízo dos elementos renovadores que apresenta. (NETTO, 2005)

2.4 O PROJETO ÉTICO POLÍTICO DO SERVIÇO SOCIAL: UM MARCO HISTÓRICO DE CONSTRUÇÃO COLETIVA

O Projeto Ético Político do Serviço Social se estabelece na trajetória dos anos 1970 aos 1980 e avança com relação a essa última década devido ao contexto de redemocratização pelo qual passou a sociedade brasileira a partir daqueles anos, e do acirramento das lutas sociais. Os movimentos dos trabalhadores e trabalhadoras brasileiras batiam com pé na porta, reivindicando direitos elementares. O cenário orientou francamente o projeto profissional dos assistentes sociais, que aderiam com entusiasmo as lutas que vinham sendo travadas naquele momento (MOISÉS, 2017).

O projeto se consolidou nos anos de 1990, conforme Moisés (2017, p. 04):

Profissão (nº8.662/93), Código de Ética do Assistente Social de 1993 e as Diretrizes Curriculares da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social (ABEPSS) de 1996, constituindo seu tripé.

Para os autores Ferrarez e Barcellos (2016) o Serviço Social sempre esteve interligado com as classes sociais e o Estado para o enfrentamento das expressões da questão social, logo, o Assistente Social não intervém apenas nos espaços que

demandam seu trabalho, mas sim nas lutas e a favor dos trabalhadores, na garantia, nas conquistas e defesa dos seus direitos. As lutas e os movimentos sociais foram significativos para a consolidação do referido projeto ético-político, como por exemplo, o Congresso da Virada que determinou o rumo do Serviço Social brasileiro.

O que queremos enfatizar é que dar vida ao projeto ético-político exige de nós o compromisso com o fortalecimento das lutas sociopolíticas vinculadas às classes subalternas o que, por sua vez, demanda a aliança com os sujeitos coletivos que as protagonizam. Ou seja, implica em criarmos estratégias e táticas de atuação no sentido da promoção e do fortalecimento das organizações e lutas coletivas dos trabalhadores que são alvo de nossas intervenções (FERRAREZ; BARCELLOS, 2016, p. 121)

O projeto é resultado de muitas lutas e, principalmente, na resignação do Serviço Social conservador. Pela primeira vez na história sua prática está voltada aos projetos societários e não mais aos interesses da classe burguesa, o profissional busca constantemente conhecimentos para que assim possa prestar um atendimento de qualidade, outrossim, o assistente social deve compromisso e qualidade nos serviços direcionados aos usuários (RODRIGUES, 2013).

O projeto ético-político está em constante processo de formação no cotidiano, pois é necessário que o Assistente Social traduza este projeto no processo de formação e exercício profissional, através da relação com a classe trabalhadora para fortalecê-lo. Logo, é desafio para o Assistente Social tornar esse projeto um norte concretizado para sua atuação profissional, pois é necessário que este articule as dimensões normativas, acadêmicas e organizativas com a realidade em que se insere o cotidiano do exercício profissional, principalmente na luta contra o conservadorismo na atualidade (RODRIGUES, 2013, p. 49)

Ainda de acordo com Rodrigues (2013) conclui-se que o projeto ético-político é elemento fundamental para a prática profissional, se torna necessário que o profissional possa consolidar e executá-lo da melhor forma, conhecendo os aspectos históricos, sendo crítico frente as expressões da questão social, do mesmo modo que saiba articular suas ações diante da realidade.

Partindo do princípio de que o Serviço Social se fundamenta no projeto éticopolítico profissional, o assistente social:

Posiciona-se a favor da equidade e da justiça social, na perspectiva da universalização do acesso a bens e a serviços relativos às políticas e programas sociais; a ampliação e a consolidação da cidadania são explicitamente postas como garantia dos direitos civis, políticos e sociais das classes trabalhadoras (NETTO, 2006, p.16).

Neste interim, o projeto ético político do Serviço Social, responsável por nortear as intervenções dessa profissão, se apresenta como importante instrumento para ação frente aos desafios contemporâneos colocados aos profissionais, articulando teoria e prática reflexivas, consciência e exercício profissional. Suas bases constitutivas validam os caminhos e estabelecem as estratégias em direção a atuação comprometida com a construção de uma nova sociedade (NETTO, 1999).

2.5 A UNIDADE TEORIA/ PRÁTICA EFETIVANDO-SE NAS DIMENSÕES CONSTITUTIVAS DO SERVIÇO SOCIAL

O trabalho do assistente social, conforme as Diretrizes Curriculares da ABEPSS (1996) fundamentam-se pelas dimensões: teórico -metodológica, técnico-operativa e ético-política, as quais, orientam a formação e o exercício profissional. Desse modo, é importante ressaltar que elas são indissociáveis, contribuem para uma leitura crítica da atualidade e possibilitam novas alternativas de trabalho, visto que o profissional está inserido em uma conjuntura de contradições da manutenção e ruptura do status quo.

A competência teórico-metodológica, técnico-operativa e ético-política são requisitos fundamentais que permite ao profissional colocar-se diante das situações com as quais se defronta, vislumbrando com clareza os projetos societários, seus vínculos de classe, e seu próprio processo de trabalho. Os fundamentos históricos, teóricos e metodológicos são necessários para apreender a formação cultural do trabalho profissional e em particular, as formas de pensar dos assistentes sociais (ABEPSS, 1996, p.7)

A intervenção deve primar pela qualidade, valorização humana, com vistas à determinação de um projeto coletivo em que o indivíduo seja considerado como sujeito social com seus problemas e suas potencialidades, constitui-se num dos indicativos para explicitar o projeto ético-político da profissão. Conforme aborda Yazbek (2009, p. 3) “a reprodução das relações sociais é a reprodução de determinado modo de vida [...] e que acabam por permear toda a trama de relações da sociedade”.

A necessidade de um profissional propositivo, investigativo e envolvido por um novo código de Ética que se colocasse em prol de uma sociedade menos favorecida e que vivia às margens de qualquer direito social, avistou constatações e horizontes dissemelhantes (GUERRA, 2000). Com isso, foram criadas três dimensões constitutivas do Serviço Social:

1) Dimensão Teórico-metodológica: refere-se à capacidade teórica absorvida pelo profissional e da relação que faz da teoria e dos métodos com a prática profissional; 2) Dimensão Ético-política: diz respeito à capacidade de analisar a realidade e a própria profissão de forma crítica, conservando um caráter político, que lhe traz consciência e direção sobre sua própria intervenção; 3) Dimensão Técnico-operativa: Se trata dos elementos técnicos e dos instrumentais utilizados para o desenvolvimento das intervenções (GUERRA, 2000).

De extrema importância salientar que essas três dimensões de competências nunca podem ser concebidas dissociada mente, para uma ação interventiva de qualidade. O Serviço Social e instrumentalidade constituem uma relação rotineira, no entanto, devemos lembrar que a presença da instrumentalidade nos espaços sócio ocupacionais do Serviço Social não é restrita as atividades cotidianas e burocráticas das instituições (GUERRA, 2000).

É primordial que o Assistente Social tenha consigo que a teoria sempre vai complementar a prática. Desde o momento em que o usuário chega com a situação posta, automaticamente, o profissional objetivará suas ações para que assim possa desenvolver suas estratégias e alcançar sua finalidade, nesse seguimento, seu exercício profissional estará vinculado a três dimensões constitutivas: técnicooperativa, ético-político e teórico-metodológico (OLIVEIRA, 2014).

A autora Santos (2013) discorre sobre as três dimensões constitutivas do Serviço Social:

A dimensão teórico-metodológica fornece ao profissional um ângulo de leitura dos processos sociais, de compreensão do significado social da ação, uma explicação da dinâmica da vida social na sociedade capitalista. Possibilita a análise do real. A dimensão ético-política envolve o projetar a ação em função dos valores e finalidades do profissional, da instituição e da população. É responsável pela avaliação das consequências de nossas ações – ou a não avaliação dessas consequências. São as diferentes posições e partidos que os profissionais assumem. Já a dimensão técnico operativa, é a execução da ação que se planejou, tendo por base os valores, as finalidades e a análise do real (SANTOS, 2013, n.p).

Portanto, as três dimensões darão norte para que o Assistente Social possa utilizar-se de estratégias e técnicas para a sua prática profissional, tendo em conta questionamentos, tais como: fazer o que, o porquê, como e para que fazer. Do mesmo modo que as dimensões constitutivas poderão ajudar nos desafios postos ao Serviço Social, frisa-se a importância do Assistente Social saber distinguir cada uma, visto que essa articulação e entendimento concretizaram a teoria/prática (FRANÇA,

2019).

O serviço social está inserido em um contexto histórico-social que admite a participação ativa em intervenções nas singularidades da questão social, o que implica distinguir a relação das políticas sociais contemporâneas e o que é preconizado pela política de Assistência Social, pois o Estado cada vez mais delimita sua área de atuação e investimentos, determinando também as condições e a direção da atuação do profissional junto às demandas sociais. Conforme aponta Faleiros (1991) também se torna de extrema relevância reconhecer que as muitas políticas públicas sociais existentes não são resultado apenas de uma lógica de acumulação de uma classe hegemônica ou de um Estado forte, mas também são resultados das “duras lutas” no processo de relação das forças na sociedade.

Segundo Lamamoto (1995), o exercício profissional do assistente social é resultado de uma construção histórica que permite ao Serviço social ser uma profissão cujo projeto de sociedade resulta em um perfil profissional diferenciado em relação à outras profissões. Deste modo, no seu trabalho, o assistente social possui relativa autonomia na instituição em uma relação direta e singular com o usuário “em que o controle institucional não é total, abrindo a possibilidade de redefinir os rumos da ação profissional. Analisar, pois, o exercício profissional em seus limites e possibilidades requer inserir a profissão em sua trajetória histórica e como resultado de construções teórico-práticas dos profissionais. É ponderar entre os extremos do que trata Lamamoto (1995): de um “determinismo social da profissão às forças dominantes” ou a “visão heróica” da profissão.

2.6 A EVOLUÇÃO DOS CÓDIGOS DE ÉTICA COMO REFERÊNCIA DO AGIR PROFISSIONAL

O Serviço Social é uma profissão de caráter interventivo, inserida na divisão Sócio Técnica do trabalho e realiza sua ação profissional no âmbito das políticas socioassistenciais, na esfera pública e privada, que tem como objeto de trabalho às manifestações/expressões da “Questão Social” tendo sua atuação norteadas pelo projeto ético e político da profissão (GUERRA, 2010). A qual:

Orienta o exercício e a formação profissional, resultou de um processo histórico de construção coletiva, sob a direção das entidades nacionais da categoria (CFESS/CRESS, ABEPSS e ENESSO). Este projeto de profissão e sociedade é explicitado no Código de Ética Profissional, na Lei de Regulamentação da Profissão (Lei 8662/93) e nas Diretrizes Curriculares aprovadas pela ABEPSS em 1996 (CFESS, 2006, n. p).

Para Maria Lúcia Silva Barroco (2009), ao falar de ética profissional, a autora aduz que é a:

Ação moral, através da prática profissional, como normatização de deveres e valores, através do código de Ética Profissional, como teorização ética, através das filosofias e teorias que fundamentam sua intervenção e reflexão e como ação éticopolítica. Cabe destacar que essas não são formas puras e/ou absolutas e que sua realização depende de uma série de determinações, não se constituindo na mera reprodução da intenção dos seus sujeitos (BARROCO, 2009, p.12).

Entende-se que o Código de Ética prima por uma ordem societária, onde haja a democracia e efetivação dos direitos da classe trabalhadora, para isso, o profissional deve promover ações que possam proporcionar a emancipação dos usuários com o fim da exploração/dominação. No código é possível identificar valores , posteriormente, direcionarão as escolhas e posicionamentos dos Assistentes Sociais (HOFFMEISTER, 2012).

É através da reflexão e problematização sobre a ética profissional e sua aplicação no cotidiano da prática profissional que se tem a compreensão dos limites e possibilidades contidos nesses ambientes contraditórios. Para isso, é fundamental que se faça reflexões no campo da ética e da prática profissional para que juntamente com o conhecimento teórico-metodológico e técnico-operativo, o Assistente Social tenha o conhecimento desses limites institucionais e profissionais para que seu trabalho não seja apenas uma reprodução de procedimentos burocráticos-institucionais (HOFFMEISTER, 2012, p. 44).

A ética é responsável por propor e refletir a respeito da conduta humana a partir de uma qualificação crítica sobre o que é certo e errado, sobre os limites entre o bem e o mal, evocando aqueles melhores princípios a serem admitidos (CARVALHO, 2011). Enquanto a moral implica expressar regras, normas, leis e costumes que regem os comportamentos e as ações em sociedade, a ética procura oferecer embasamento à moral, de modo a estudá-la com rigor metodológico e racionalidade científica. Estuda, portanto, as ações morais humanas, construídas em espaço e tempo determinados.

Nessa acepção, a ética nos remete para o campo mais amplo da responsabilidade social, do dever para com o próximo, na perspectiva de refletir o que pode ser feito, ou admitido, não prejudicando a outra pessoa, independente da relação que mantemos ou não com ela. Significa que as ações devem ser pautadas no dever. Aqui, “o juízo ético exprime-se universalmente, a justiça é igualitária, a ação moral orienta-se para o dever” (CARVALHO, 2011, p. 241).

Para além dessa ética do dever, outra se impõe, a saber: a ética da responsabilidade social, uma ética “que concretize a solicitude, o cuidado e o serviço dirigido ao outro, em particular, a certos indivíduos e grupos” (CARVALHO, 2011, p. 241). Posto dessa forma, a noção de responsabilidade social implica pensar os mais necessitados, as vítimas das injustiças sociais, os mais vulneráveis socialmente, dimensões de suma importância ao Serviço Social.

Durante a trajetória histórica do Serviço Social, a profissão deteve cinco Códigos de Ética, nos anos de 1947, 1965, 1975, 1986 e o atual código de 1993. Esses períodos foram compostos por dois momentos, o primeiro era a favor de um projeto conservador e o segundo prezava, e preza, por uma visão teórico-crítica (SANTOS, 2018).

Os primeiros Códigos de Ética (CE), em destaque o de 1947, 1965 e 1975, marcam esse período histórico e expressam o primeiro momento de defesa do projeto societário, conservador e tradicional. Ambos os códigos visualizavam a relação dos problemas sociais com a decadência moral dos indivíduos, tinham uma perspectiva de neutralidade em relação ao Estado e as autoridades a qual não se questionava, além de uma visão a-histórica, metafísica e idealista sobre o homem (SILVA, 2015, n.p).

Para Santos (2018) é nas décadas de 1980 que Serviço Social ganha maior visibilidade academicamente, além disso, a profissão tem uma maior aproximação com a teoria de Marx. Frente a ruptura com o conservadorismo, em 1986, aprova-se um novo Código de Ética buscando assim compromisso com a classe trabalhadora.

O Código de 1965 norteou e apoiou o trabalho do Assistente Social. Destinava-se às profissionais de vários credos e princípios filosóficos devendo ser aplicado a todos. Mantinha a linha de como princípios religiosos como direção e embasamento. Portanto, ele não consegue romper com o conservadorismo, prevalecendo, dessa forma, a ideia de um mundo alheio às ações humanas, de homens e mulheres totalmente abstratos e passivos, cujas atividades não interferiam no pleno curso natural dos eventos (OLIVEIRA; CHAVES, 2017).

Segundo Barroco e Terra (2013) o código de 1965 trouxe à tona princípios democráticos, mas a partir de uma concepção liberal, sem romper estruturalmente com a base filosófica de cunho funcionalista. Em direção semelhante, no ano de 1975 foi criado um código de ética profissional com a perspectiva de um serviço social mais liberal, só que ainda se submetiam a doutrina religiosa. Esse terceiro código representou uma reatualização do conservadorismo profissional, na medida em que desarticulou e suprimiu as conquistas as referências democrático-liberais do

seu antecessor. Enfatizou a subordinação do assistente social às instituições administrativas, conferindo ao Estado a “ação disciplinadora” sobre a profissão, no contexto de ditadura militar.

Na década de 1980, particularmente em 1986, com a abertura política e democrática, ocorreu a criação de um código de ética comprometido com a justiça e equidade, mas não atrelava o Serviço Social ao sistema capitalista. Nesse sentido, destaca-se que em “primeiro lugar, o Código de 1986 descaracterizou a tendência legalista do Código anterior, politizando a sua natureza de documento construído coletivamente pela categoria por meio de suas entidades representativas” (BARROCO; TERRA, 2013, n.p).

Sendo assim o Código de Ética do (a) Assistente Social, Lei 8662/93 de Regulamentação da Profissão vieram para romper o conservadorismo e para tecnizar a profissão. Trata-se de direitos, deveres, responsabilidade com usuário, sigilo profissional com o mesmo e com as instituições, ou seja, é o código de ética que norteia a profissão. Ele trouxe uma importante contribuição no seu entendimento de que valores e princípios são construções produzidas pela prática social (CFESS, 2012). São os sujeitos que, no trato com a vida concreta, criam os códigos que orientam e regem a sociedade. E assim o fazem porque são capazes, porque desfrutam da capacidade criativa. Mas, a construção concreta de novos valores só pode vingar efetivamente se destruída as amarras do sistema de opressão, exploração e dominação em que vivemos que impede a liberdade plena de criação dos indivíduos e os aprisionam.

O Assistente Social é norteado pelo seu código de ética, que contém 11 princípios fundamentais e devem ser sempre lembrados na prática profissional, colocados pelo CFESS como:

- I. Reconhecimento da liberdade como valor ético central e das demandas políticas a ela inerentes - autonomia, emancipação e plena expansão dos indivíduos sociais;
- II. Defesa intransigente dos direitos humanos e recusa do arbítrio e do autoritarismo;
- III. Ampliação e consolidação da cidadania, considerada tarefa primordial de toda sociedade, com vistas à garantia dos direitos civis sociais e políticos das classes trabalhadoras;
- IV. Defesa do aprofundamento da democracia, enquanto socialização da participação política e da riqueza socialmente produzida;
- V. Posicionamento em favor da equidade e justiça social, que assegure universalidade de acesso aos bens e serviços relativos aos programas e políticas sociais, bem como sua gestão democrática;
- VI. Empenho na eliminação de todas as formas de preconceito, incentivando o respeito à diversidade, à participação de grupos socialmente

discriminados e à discussão das diferenças;
 VII. Garantia do pluralismo, através do respeito às correntes profissionais democráticas existentes e suas expressões teóricas, e compromisso com o constante aprimoramento intelectual;
 VIII. Opção por um projeto profissional vinculado ao processo de construção de uma nova ordem societária, sem dominação, exploração de classe, etnia e gênero;
 IX. Articulação com os movimentos de outras categorias profissionais que partilhem dos princípios deste Código e com a luta geral dos/as trabalhadores/as;
 X. Compromisso com a qualidade dos serviços prestados à população e com o aprimoramento intelectual, na perspectiva da competência profissional;
 XI. Exercício do Serviço Social sem ser discriminado/a, nem discriminar, por questões de inserção de classe social, gênero, etnia, religião, nacionalidade, orientação sexual, identidade de gênero, idade e condição física (CFESS, 2012, p. 23 e 24).

Os “princípios definem as diretrizes curriculares da formação profissional que implicam capacitação teórico-metodológica, ético-política e técnico-operativa” (ABEPSS, 1996, p. 7). Como:

1. Apreensão crítica do processo histórico como totalidade;
2. Investigação sobre a formação histórica e os processos sociais contemporâneos que conformam a sociedade brasileira, no sentido de apreender as particularidades da constituição e desenvolvimento do capitalismo e do Serviço Social no país;
3. Apreensão do significado social da profissão desvelando as possibilidades de ação contidas na realidade;
4. Apreensão das demandas - consolidadas e emergentes - postas ao Serviço Social via mercado de trabalho, visando formular respostas profissionais que potenciem o enfrentamento da questão social, considerando as novas articulações entre público e privado;
5. Exercício profissional cumprindo as competências e atribuições previstas na Legislação Profissional em vigor (ABEPSS, 1996, p. 7).

De acordo com Carvalho (2011, p. 242) o assistente social precisa trabalhar “em favor do sujeito e, também, de acordo com as normas e regras da profissão. A responsabilidade social remete para a solidariedade, para a proteção e para o não causar dano aos indivíduos, mas também para a defesa da liberdade individual do sujeito”. Assim sendo, o Código de Ética Profissional traduz a dimensão ética da profissão.

A autora Silva (2018) concorda que as grandes mudanças sociais da sociedade culminaram na criação do último Código de Ética da profissão de Serviço Social, no ano de 1993, com o intuito de promover um novo perfil para a categoria profissional. Tal código fora aprovado no dia 13 de março de 1993 e há onze princípios que orientam a categoria de Assistentes Sociais.

A dimensão ética aponta o que se estabelece no Código de Ética de 1993 e

no projeto ético-político, enfatizando o modo como os assistentes sociais se apropriam deste conhecimento. No artigo cinco do código de ética profissional que se refere à relação entre o assistente social e o usuário está preconizada como sendo dever do profissional de serviço social “democratizar as informações e o acesso aos programas disponíveis no espaço institucional, como um dos mecanismos indispensáveis à participação dos usuários” (CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL, 1993, p. 45).

Portanto, “ser profissional se faz nos processos da vida humana, na tentativa de responder às necessidades e possibilidades postas pelo trabalho humano em sua sociabilidade” (SARMENTO, 2014, p. 170). Ou seja, assistentes sociais precisam ser profissionais que podem interferir nas formas de organização da vida social.

2.7 O SERVIÇO SOCIAL JUNTO AS POLÍTICAS PÚBLICAS E SOCIAIS PROMOVENDO A EMANCIPAÇÃO E O EMPODERAMENTO HUMANO

Neste item do referencial referenciaremos a importância da efetivação das Políticas Públicas e Sociais na tentativa de atenuar as desigualdades sociais, iremos destacar os programas de transferência de renda como suporte para as famílias em vulnerabilidade social, com ênfase no Programa Bolsa Família e os impactos nos usuários da Política de Assistência Social e para finalizar associaremos a Profissão de Serviço Social e a Intervenção do Assistente Social junto ao Programa Bolsa Família, instituindo a Promoção Humana.

2.8 AS POLÍTICAS SOCIAIS NA TENTATIVA DE ATENUAR A DESIGUALDADE SOCIAL

Ressalta-se que as políticas sociais são um conjunto de ações que visam a garantia de direitos sociais, e não pode ser vista como uma política de combate a pobreza, pois depende da intervenção e articulação do estado na eficácia de suas ações. Leva-se em conta que no Brasil o problema das desigualdades sociais, e da má distribuição de renda, que trazem à tona as expressões da questão social ainda que o estado de fato se articule por meio das políticas públicas e através do sistema de proteção social os resultados não serão imediatos (GODINHO, 2011).

É interessante trazer o seu conceito como forma de entendimento sobre seu significado e característica, para tanto, expõem-se as contribuições de Teixeira

(2002, p. 2):

Políticas públicas são diretrizes, princípios norteadores de ação do poder público; regras e procedimentos para as relações entre poder público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos (leis, programas, linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não-ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Ainda segundo Godinho (2011), sabendo da importância das políticas públicas para o enfrentamento das expressões da questão social e das desigualdades sociais, houve então uma institucionalização da Assistência Social enquanto política pública contornando e atenuando a pobreza e a exclusão social.

A proteção social brasileira se desenvolveu tendo por base o seguro social e excluindo, durante décadas, os grupos sociais não participantes do mercado de trabalho formal. Sua cobertura limitada e seu lento processo de expansão fizeram com que o reconhecimento da existência de um sistema de proteção social não fosse consensual. (JACCOUD, 2009, p. 60 apud GODINHO, 2011, p.05)

Em meados dos anos 1980, inicia-se a criação de espaço para a proteção social efetiva desfocando da ideia de estarem atrelados ao crescimento econômico, mas ainda assim os programas ainda não estavam sintonizados pois enquanto uns garantiam os direitos, outros ainda preconizavam o clientelismo. Através da constituição de 1988, pode-se dizer que de fato houve um olhar voltado a garantia das políticas públicas, bem como a participação da sociedade visando a construção de um modelo de proteção social, que não mais atendesse a demanda apenas de quem contribuísse financeiramente com o estado (GODINHO, 2011).

Deste modo a proteção social foi instituída enquanto seguridade social, tendo o tripé enquanto políticas deste sistema. No entanto essas mudanças que surgiram demandam tempo pois trata-se de leis e regulações. Diante das novas propostas, iniciam-se as articulações ainda no governo de Fernando Henrique Cardoso e posteriormente Luiz Inácio Lula da Silva deu seguimento, visto que cada política social visava uma forma de organizar e reformular os serviços prestados (GODINHO, 2011).

O Brasil é ainda um país desigual com um elevado número de pessoas carentes e nesses moldes a assistência social é de suma importância para minimizar

e atenuar as problemáticas que surgem, tornando-se um amparo aos menos favorecidos, mas com o intuito de propiciar a integralidade dos cidadãos no meio social e no mercado de trabalho e isso implica que o estado deve prover a geração de empregos e educação para por intermédio destes conquistar a independência (BICCA, 2011).

Podemos citar que surgiram após a constituição de 1988 alguns benefícios sociais entre eles esta o programa de transferência de renda bolsa família, auxílio este integrado a política de assistência social que ainda não se enquadra como direito, mas como meio de reduzir ou minimizar a pobreza e a miséria e não a extinguir por completo (BICCA, 2011).

O entendimento da pobreza e desigualdades varia no tempo e espaço e, compreendê-lo é fundamental para analisar as medidas e/ou a negligência quanto ao seu enfrentamento. Essa perspectiva “plástica” desses conceitos é ponderada por Moore e Hossain (2005, p. 208):

Embora as políticas do mundo em desenvolvimento sejam muito diversas, uma regularidade é que o poder tende a se concentrar relativamente nas mãos dos tipos de pessoas que temos entrevistado – pequenas elites nacionais. Essas têm atitudes ambíguas em relação à redução da pobreza e da desigualdade e têm interesse nela. Por um lado, eles podem se beneficiar de serem poderosos e ricos no meio da pobreza, e temer as consequências de qualquer mudança significativa. Por outro lado, eles podem frequentemente perceber a pobreza como um problema e uma ameaça - ao bem-estar de ‘pessoas como elas’ ou à prosperidade, segurança ou dignidade de uma comunidade política e moral (nacional) maior com a qual eles se identificam

Todo o desenvolvimento econômico, segundo Martins (2008, p. 09), “gera consequências para o desenvolvimento social, muito além de suas possibilidades, como ocorre nos países de terceiro mundo e como ocorre no Brasil, nega-se na perversidade das exclusões sociais que dissemina”.

Martins (2008, p. 228), nos auxilia dizendo:

Porque só pode haver qualidade de vida para diferentes populações se para elas houver, também, lugar para o sonho e a esperança”. Assim, é preciso conviver com a sociedade e a economia, entretanto, nesta relação, não se sabe quem vale mais se são as pessoas ou as coisas, mesmo nas sociedades pobres e desprotegidas, ou mesmo entre as populações pobres de países ricos, é preciso descobrir formas de associar o modelo capitalista, o desenvolvimento econômico e a qualidade de vida.

Pereira (1997, p. 53) argumenta sobre a falta de democratização e

participação dos cidadãos nos projetos de políticas públicas:

[...] os indivíduos isolados tomam decisões no mercado econômico e no mercado político. Por isso ela exige a participação ativa dos cidadãos; por isso o novo Estado que está surgindo não será indiferente ou superior à sociedade, pelo contrário, estará institucionalizando mecanismos que permitam uma participação cada vez maior dos cidadãos, uma democracia cada vez mais direta; por isso as reformulações em curso são também uma expressão de redefinições no campo da própria cidadania, que vem alargando o seu escopo, constituindo sujeitos sociais mais cientes de seus direitos e deveres em uma sociedade democrática em que competição e solidariedade continuarão a se complementar e se contradizer.

Além dos programas federais muitos programas estaduais e municipais são desenvolvidos buscando atender as necessidades locais da população. Os casos de desigualdade social no Brasil são sérios e necessitam de medidas controladoras eficientes, “[...] a união de todos os governos com o objetivo de se criar políticas públicas eficazes seria fator condicionante para o início da mudança”, de acordo com Martins (2008, p. 228).

Segundo Fahel, Teles e Caminhas (2016), o Brasil adotou um novo paradigma de políticas sociais, com foco nos direitos sociais e significando grande mudança em relação aos programas assistenciais, com muitas inovações. De acordo com os autores, apesar de 80% dos países terem renda per capita menor que a brasileira, há um elevado nível de pobreza no Brasil em razão da forte desigualdade de distribuição de renda, ou seja, o país não é pobre, mas sim desigual.

Expõe Höfling (2001) que os fatores envolvidos para se determinar o sucesso ou fracasso de uma política governamental são complexos, variados e necessitam grande esforço de análise, especialmente se tratando de políticas sociais como, por exemplo: saúde, educação, previdência, habitação, saneamento.

A avaliação de programas governamentais faz-se necessária também no contexto do ajuste fiscal atualmente vivenciado pelos países, implicando na adoção de orçamentos equilibrados e gerando restrições à intervenção do Estado na economia e nas políticas sociais (SOUZA, 2006). Nesse contexto, sobressaem as medidas adotadas para que o Estado tenha informações sobre os resultados de seus gastos, seja para aperfeiçoar seus programas ou até mesmo descontinuar as ações que não estão trazendo os resultados esperados.

2.9 OS PROGRAMAS DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA COMO SUPORTE PARA AS FAMÍLIAS EM VULNERABILIDADE SOCIAL

A seguridade social diante da constituição Federal de 1988, conforme já mencionado foi uma grande conquista trazendo o estado como responsável na articulação da proteção social, que se apresenta através do conhecido tripé: a assistência social, previdência social e a saúde (SPOSATI, 2018).

A política de assistência social visa o enfrentamento as desigualdades sociais bem como a garantia aos mínimos sociais e a universalização dos direitos sociais por meio de programas, projetos e proteção social básica ou especial a famílias, indivíduos ou grupos e também visa contribuir com a inclusão de usuários e grupos ampliando o acesso aos serviços socioassistenciais básicos e especiais tanto nas zonas rurais quanto nas urbanas, bem como assegurar ações que garantam a convivência familiar e comunitária centralizadas na família (PNAS, 2004).

O público alvo desta política são grupos de cidadãos que encontram-se em situações de vulnerabilidade ou em risco, como famílias com vínculos de afetividade rompidos, a exclusão social a pobreza bem como a dificuldade no acesso as demais políticas públicas e ainda aqueles indivíduos usuários de substancia psicoativa, as diversas violências praticadas ao indivíduo ou grupos familiar e ainda a falta de oportunidade ou a dificuldade na inserção ao mercado de trabalho englobando assim estratégias afim de minimizar os riscos pessoais e sociais (PNAS, 2004).

Os programas de transferência de renda mínima no mundo são alvos de debates e discussões a respeito de suas reais eficácias nos impactos econômicos e sociais em seus territórios nacionais de origem. Eles se diferenciam pelas condições exigidas, as fórmulas utilizadas para se calcular o valor a ser distribuído e as características utilizadas para alcançar os beneficiados (FONSECA, 2001).

A redução da desigualdade, tendo como consequência a diminuição da pobreza e erradicação da fome, é o principal objetivo buscado através das implementações destes programas em terras europeias. Alguns recentes estudos apontam que os programas sociais nos países europeus contribuíram para a redução da pobreza e/ou extrema pobreza após seus respectivos inícios. Diante a perpetuação da eficácia destes planos, a permanência destes auxílios, no século XXI, é tida como fundamental para os governantes destes países. Frota e Zimmermann (2010, p.03) afirmam a continuidade dos programas ao dizer que:

Saliente-se que na atual conjuntura, em nenhum desses países, discute-se de forma veemente sobre a possibilidade de término e/ou extinção de tais programas. Ao contrário, os mesmos são tidos como fundamentais no que concerne à proteção social dos indivíduos fragilizados e/ou expostos aos mais diversos riscos sociais.

O caso brasileiro a respeito da participação do Estado nos programas de auxílio social é recente no país. Ao se analisar a consolidação das políticas de transferência de renda no Brasil, tem-se um retardo no reconhecimento dos direitos sociais destinados aos cidadãos nacionais.

O Brasil dentre outros países latino-americanos só reconhece os direitos sociais e humanos no último quartil do século XX após lutas sangrentas contra ditaduras militares que, embora empregando a ideologia nacionalista – ou o modelo desenvolvimentista de Estado-Nação – não praticavam (ou praticam) a universalidade da cidadania (FROTA; ZIMMERMANN apud SPOSATI, 2002, p. 01)

A criação do Programa Bolsa Família mostra a permanência das políticas públicas nos programas de renda mínima no Brasil. Segundo Frota e Zimmermann “o Bolsa Família contribui para reduzir a pobreza, a fome e as desigualdades e esses resultados só são possíveis pelo trabalho conjunto de diferentes esferas de governo e pela integração com outras políticas públicas” (2010, p.14).

2.10 PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA E OS IMPACTOS NOS USUÁRIOS DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA SOCIAL

O Brasil é um dos países em desenvolvimento que grande parte da população ainda não consegue atender suas necessidades básicas, e tem uma má distribuição de renda sendo uma das mais desiguais comparadas com outros países. Essa má distribuição de renda e o desemprego são barreiras que representam graves problemas de amplitude social. Apesar do aumento de pessoas empregadas no Brasil, grande parte ainda não tem renda suficiente para garantir um conforto para sua família, além de que o número de desempregados cresce cada vez mais. A vista disso, o governo encontrou uma solução através de auxílios com um repasse direto de renda necessários para ajudar a suprir necessidades das famílias enquadradas na população de pobreza e extrema pobreza (MIGOT, 2010).

O Programa Bolsa Família (PBF) é um programa de transferência direta de renda que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza em todo o País. O Bolsa Família integra o Plano Brasil Sem Miséria (BSM), que tem como foco de atuação os 16 milhões de brasileiros com renda familiar per capita inferior a R\$ 70 mensais, e está baseado na garantia de

renda, inclusão produtiva e no acesso aos serviços públicos. O Bolsa Família possui três eixos principais focados na transferência de renda, condicionalidades e ações e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já as ações e programas complementares objetivam o desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade (PORTAL BRASIL, 2015, n.p).

O PBF é destinado às pessoas em situação de pobreza ou extrema pobreza. Falar de pobreza parece ser algo simples e natural, no entanto é um conceito complexo e que envolve muito mais do que a simples ausência de renda, na verdade esse é um erro muito comum: "[...] identificar a pobreza com um baixo nível de renda ou de riqueza" (PINZANI; REGO, 2014, p. 19). Esses autores, alertam para o conceito de pobreza:

[...] a pobreza deve ser considerada com base em uma perspectiva não somente econômica, que contempla exclusivamente a falta de renda ou sua insuficiência. Existem aspectos da pobreza que podemos chamar de éticos, concernentes ao autorrespeito e à autonomização. Todavia, o viés econômico, ligado à presença de uma renda regular, permanece uma condição imprescindível para a superação da miséria e dos componentes éticos envolvidos. Por essas razões, é oportuno considerar diferentes facetas da pobreza no Brasil, em especial no meio rural.

Furtado (1982) ressalta o potencial de eliminação da miséria por via de reformas estruturais, mais especificamente, de distribuição da renda do decil mais rico:

o Brasil não é a rigor um país pobre, vale dizer, impossibilitado de solucionar esse tipo de problema pelos seus próprios meios [...] para eliminar o problema da miséria no Brasil, bastaria reduzir a participação da renda nacional dos 10 por cento mais ricos da população a um nível similar ao que se observa em certos países que têm uma renda per capita comparável à nossa" (FURTADO, 1982 p. 61)

O Bolsa Família foi criado em 2004, no espectro da problemática efetivação do Fome Zero, programa amplo que foi peça fundamental da primeira eleição para presidente de Lula que visava a garantir a segurança alimentar à população. Santos (2004, p.9) afirmou que:

Para tentar combater a fome no Brasil, em meados do ano 2000, por iniciativa do Instituto Cidadania (entidade independente e apartidária fundada por Lula há dez anos), reuniu-se uma equipe de cinquenta pesquisadores, para elaborar o programa Fome Zero do governo federal. A pesquisa foi financiada com recursos da fundação Djalma Guimarães, entidade vinculada à Companhia Brasileira de Metalurgia e Mineração (CBMM), do grupo Moreira Salles. O Fome Zero é um programa criado para

combater a fome e suas causas estruturais, que geram a exclusão social, ou seja, para garantir a segurança alimentar de todos os brasileiros. O programa tem três frentes: a) um conjunto de políticas públicas; b) a construção participativa de uma política nacional de segurança alimentar e nutricional; c) um grande mutirão contra a fome. O programa envolve as três esferas de governo federal, estadual e municipal.

Neste contexto de início de luta contra as causas estruturais da fome, a qual a miséria é uma proxy imperfeita (CASTRO, 1992) surgem medidas como o Programa Nacional de Acesso à Alimentação – PNAA, criado pela Lei nº 10.689, de 13 de junho de 2003. Poucos meses após o estabelecimento do Fome Zero, ainda nos esforços de efetiva implementação de sua concepção, o governo federal decidiu-se pela unificação dos programas de transferência de renda, criando então o Bolsa Família.

Entre os programas que se unificaram para conceber o Bolsa Família, estava uma das iniciativas do Fome Zero, o PNAA. Por mais que os males da miséria e da fome não obedeçam necessariamente à uma relação direta entre eles, a luta contra estes é baseada em pontos comuns de uma organização socioeconômica mais abrangente, como diria Santos:

Para combater a fome no Brasil é preciso mudar o modelo atual de desenvolvimento econômico que causa a exclusão social, da qual a fome é apenas mais um dos seus resultados visíveis, como é também o desemprego, a miséria, a concentração da terra e da renda. (SANTOS, 2004, p.35)

No que tange aos objetivos do programa, o artigo 4º do Decreto nº 5.209/04, que regulamenta a Lei do Programa Bolsa Família, determina os seguintes seguimentos:

Art. 4º - Os objetivos básicos do Programa Bolsa Família, em relação aos seus beneficiários, sem prejuízo de outros que venham a ser fixados pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome, são: I - promover o acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social; II - combater a fome e promover a segurança alimentar e nutricional; III - estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza; IV - combater a pobreza; e V - promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público (BRASIL, 2004, n.p).

O programa Bolsa Família é um dos principais programas de combate a fome no Brasil, que para muitas famílias este benefício é a única possibilidade de obtenção de renda em caso de necessidade extrema. Toda pessoa tem direito a um nível de vida adequado que lhe assegure, assim como a sua família, saúde e bem-

estar especialmente alimentação, vestuário, habitação, assistência médica.

A gestão do Bolsa Família decorre de forma partilhada entre União, Estados e Municípios, onde cada um tem sua devida responsabilidade sobre o desenvolvimento do programa. Na proporção que se consolida e expande na sociedade, o PBF recebe um significado social, que se destaca no cenário político e econômico como uma das mais importantes estratégias de enfrentamento a pobreza no país. (MIGOT, 2010)

O programa compreende tanto um benefício básico, destinado às famílias que se encontram em situação de extrema pobreza, como um benefício variável, designado às famílias que se encontram em situação de pobreza e extrema pobreza e que tenham em sua composição gestantes, nutrizes, crianças entre 0 (zero) a 12 (doze) anos ou adolescentes até 15 (quinze) anos, sendo pago até o limite de 5 (cinco) benefícios por família ou, então, o benefício variável, vinculado ao adolescente, destinado às unidades familiares que se encontram em situação de pobreza ou extrema pobreza e que tenham em sua composição adolescentes com idade entre 16 (dezesesseis) e 17 (dezesete) anos, sendo pago até o limite de 2 (dois) benefícios por família (DIREITO; KOGA, 2016).

As condicionalidades previstas pelo Programa Bolsa Família despontam nas áreas de educação e de saúde, com o objetivo de estimular o desenvolvimento das famílias e de oferecer melhores oportunidades para as gerações futuras superarem a pobreza. No entanto, não são apenas os beneficiários que têm a responsabilidade de cumprir esses compromissos, uma vez que o poder público também deve ter um foco nessas famílias ao garantir a elas a oferta e a qualidade dos serviços (CHIODA; MELLO; SOARES, 2016).

É na defesa da política de condicionalidades desenvolvidas pelo Programa Bolsa Família que Cechini (2013, p. 374) desenvolve:

Os programas de incentivo à demanda com condicionalidade forte têm como principal objetivo promover o desenvolvimento humano da população marginalmente incluída. O que, na prática, significa aumentar seus níveis de utilização da educação pública e os serviços de saúde, eliminando barreiras de acesso. Nestes programas, a interpretação dos problemas enfrentados pelas famílias pobres concentra-se na carência de capacidades humanas, agravada pela falta de acesso aos serviços básicos, seja por problemas de demanda (falta de compreensão das famílias a respeito dos retornos do investimento em capital humano) seja de oferta (falta de acesso aos serviços sociais). Portanto, a transferência monetária é um instrumento que serve como incentivo a uma mudança de comportamento das famílias pobres, visando torná-las mais dispostas ao investimento nas capacidades humanas em educação e saúde como mecanismo de financiamento de

custos de acesso à educação e aos serviços de saúde.

O PBF tem mudado a vida de muitas pessoas, embora carregue consigo o estigma de que programas como este, "[...] não combateriam as causas da pobreza, mas somente seus sintomas" (PINZANI; REGO, 2014, p. 43) esse é um dos argumentos mais utilizados contra os programas de redistribuição direta de renda.

Segundo Silva e Silva, Yazbek e Giovanni:

A existência de um amplo contingente da população vivendo abaixo da linha da pobreza absoluta e até da indigência, a adoção de modelos econômicos concentradores e excludentes, a limitação de recursos e sua má utilização, carência de técnicos capacitados, a permeabilidade da máquina estatal aos interesses privados, a incapacidade de focalização dos programas sociais no público que mais necessita deles; falta de tradição de acompanhamento e avaliação dos programas sociais; fragilidade da organização da sociedade, orientada por uma cidadania baseada no mérito em vez de nas necessidades. (SILVA e SILVA, YAZBEK e GIOVANNI, 2007, p.39)

Para Rodrigues (2006) um dos impactos, consiste na visibilidade das beneficiárias enquanto consumidoras. O fato de serem portadoras de um cartão e receberem uma renda mensal fixa e comentada por agentes governamentais e beneficiárias como um grande ganho porque aumentou o poder de compra.

Segundo Silva e Silva (2010) preferencialmente, o Bolsa Família transfere o benefício para a mulher residente no domicílio, considerado responsável pela família, ou seja, a mulher é preferencialmente a pessoa de referência da família para o Programa, sob a justificativa de que a transferência dos recursos para as mulheres aumenta o seu "empoderamento," lhe posicionando maior autonomia decisória na família e com melhor qualidade na ampliação dos recursos para os filhos.

Para Suárez (2007) o fortalecimento da identidade feminina é indiscutível, o Programa Bolsa Família veio fortalecer a condição social de quem, por orientação cultural, está posicionada da maneira mais adequada para zelar pelas crianças e de quem assenta seu prestígio de bom desempenho da maternagem.

Suárez (2007) aborda que a percepção que cada um constrói sobre o que significa o Bolsa Família acaba sendo formulada de acordo com os ordenamentos mentais e significados que dispõem.

Portanto, Silva e Silva (2010) enfatiza que as informações e dados de diversas pesquisas permitem considerar que a natureza e o nível do impacto do BF nas famílias beneficiárias são limitados ao atendimento de necessidade imediatas, sem possibilitar a introdução de mudanças mais profundas no padrão de vida

dessas famílias. Apesar dos limitados impactos produzidos, se consideramos a necessidade de superação da pobreza, a mesma afirma que o principal mérito do BF é contribuir para ultrapassagem da Política de Assistência Social enquanto uma política emergencial, situando-a enquanto uma política pública de Estado, embora o BF ainda não tenha se transformado, de fato num direito.

2.11 O SERVIÇO SOCIAL JUNTO AO PROGRAMA BOLSA FAMÍLIA, INSTITUINDO A PROMOÇÃO E O EMPODERAMENTO HUMANO

Com a promulgação da Constituição Federal (CF) de 1988 trazendo em seu artigo 194 a definição da seguridade social como um "conjunto integrado de ações de iniciativa dos poderes públicos e da sociedade, destinada á assegurar os direitos relativos à saúde, à previdência e à assistência social" (BRASIL, 1988, n.p).

A constituição de 1988 foi promulgada em uma realidade onde os compromissos do país do ponto de vista econômico estavam em sentido contrário as suas determinações. Se o contexto impõe um Estado responsável pelas políticas de seguridade social, os compromissos indicam a saída do Estado desse campo, encaminhando-o ou para a ótica privada ou para a filantropia. Foi nesse embate que a assistência social adquiriu o status de política social pública, afiançadora de direitos (COUTO, 2010, p.186).

A assistência social á partir de então, entra no terreno dos direitos sociais e passa a integrar o tripé da seguridade social brasileira, em conjunto com a saúde e a previdência social e conferindo ao Estado a responsabilidade de implementar modelos de políticas de proteção social, para o enfrentamento da questão da pobreza, da vulnerabilidade social e com isto permitiu a construção de um modelo de assistência social, articulando o acesso a segurança de renda como o trabalho social em programas e serviços (COLLIN; PERREIRA, 2013, p. 101-102).

De acordo com Moraes, Vieira e Machado (2018, p. 366) a "CF de 1988 consagra a assistência social como parte da seguridade social juntamente com a saúde e a previdência". Trazem ainda que esta seguridade social "se baseia na perspectiva de uma proteção social abrangente, garantida pelo Estado, de caráter universal, justo, equânime e democrático", contrapondo assim o modelo anterior que se baseava na filantropia e subsídios tradicionais.

Moraes, Vieira e Machado (2018, p. 367) comentam que:

No que concerne aos mínimos sociais, a Constituição Federal de 1988 introduziu a garantia pelo Estado de um benefício mensal, no valor de um

salário mínimo, à pessoa portadora de deficiência e ao idoso que não pudessem garantir a manutenção das necessidades básicas seja por meios próprios ou pela família, independentemente de contribuição à seguridade social. A proposta se concretizou por meio do Benefício de Prestação Continuada (BPC), implementado a partir de meados dos anos 1990.

Lopes e Tapajós (2006. p. 107):

Trazem que a PNAS mobilizou todos os segmentos do setor após um curto período de debates, concretizando o projeto do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), definindo seus objetivos, princípios e diretrizes e desta forma, o SUAS inicia seu processo de desenvolvimento em relação à gestão e ao financiamento das ações organizadas no âmbito desta política pública.

Em 2005, a construção do SUAS ganha materialidade político-institucional e administra com a elaboração, pactuação e aprovação da Norma Operacional Básica do SUAS (NOB/SUAS):

Que preceitua as regras e concretiza a reorganização em sistema, aprofundando o melhor acontecimento do direito e mais autonomia aos gestores estaduais e municipais para executá-lo. Para, além disso, a realização da V Conferência Nacional de Assistência Social, mostrou o resultado das diligências pactuadas e das providências executadas, o que pode ser facilmente observado nas suas decisões a respeito do Plano Decenal a ser implementado na área. (LOPES, TAPAJÓS. 2006. p. 108)

As autoras Ruschel, Jurumenha e Dutra (2015. p. 02)

Trazem que tais programas de transferência de renda apresentam dois lados, o primeiro é de forma compensatória, “transferência de renda para a sobrevivência imediata destas famílias, garantido a aquisição de alimentos e a redução da pobreza” e a segunda “pelo acesso em políticas universais que devem ser ofertadas a todos os participantes dos programas de transferência de renda”, com a finalidade de que tais programas de transferência de renda ofereçam condições de autonomização destas famílias.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p. 47) [...] “o Programa de Garantia de Renda Mínima tem o mérito, inquestionável, de ter iniciado o debate sobre a renda mínima na opinião pública brasileira”. Segundo os autores, foi este programa que inspirou a criação de um grande conjunto de PTR implementados, por iniciativa de municípios, estados e pelo Governo Federal. Trata-se de uma modalidade de programas sociais não só possíveis, mas que irão prevalecer no âmbito do Sistema Brasileiro de Proteção Social no início do século XXI.

Silva (2004) traz que a criação do PBF, possa avançar ara a unificação dos programas de transferência de renda, podendo assim romper com a característica compensatória destes programas sociais no Brasil. Porem isto requer que sejam adotadas políticas distributivistas, por meio de uma política nacional que faça a articulação dos programas sociais e os recursos aplicados.

Requer também a expansão e democratização dos serviços sociais básicos para todos, um controle social desses programas mais efetivo por parte da sociedade e, sobretudo, que os Programas de Transferência de Renda sejam articulados a uma política econômica centrada na redistribuição de renda e na geração de emprego. “Ou seja, que ocorra uma passagem da Renda Mínima para a Renda de Cidadania, de modo que todos sejam incluídos com dignidade” (SILVA, 2004. p. 17).

O Programa Bolsa Família foi criado com o intuito de resolver algumas finalidades básicas como: “enfrentar o maior desafio da sociedade brasileira, que é o de combater a miséria e a exclusão social; promover a emancipação das famílias mais pobres” (MARQUES; MENDES, 2005, p. 159).

O PBF traz como objetivos básicos a promoção ao acesso à rede de serviços públicos, em especial, de saúde, educação e assistência social, o combate a fome e promoção a segurança alimentar e nutricional, estimular a emancipação sustentada das famílias que vivem em situação de pobreza e extrema pobreza³, o combate a pobreza, “e promover a intersectorialidade, a complementaridade e a sinergia das ações sociais do Poder Público” (BRASIL, 2004, n.p).

Em 24 de julho de 2007, o Decreto nº6.135 do Cadastro Único (CadÚnico) foi aperfeiçoado, definindo com maior clareza os objetivos, os processos, os instrumentos, a operacionalização e as competências dos entes federados, tornando desta forma o CadÚnico a porta de entrada para todos os programas de benefícios sociais ofertados pelo Governo Federal. Sendo assim o CadÚnico se tornou um instrumento do Governo Federal para reunir informações sobre as famílias brasileiras em situação de pobreza e extrema pobreza vinculadas ao CadÚnico com renda de até meio salário-mínimo ou três salários mínimos por família, e desta forma implementar políticas públicas em conjunto com os Estados e Municípios, para promover melhorias na vida destas famílias (BRASIL, 2007).

De acordo com Brasil (2015), o programa também inclui medidas de fortalecimento das ações de inclusão produtiva, capacitação profissional e geração de emprego e renda voltada para seus beneficiários e demais grupos sociais em situação de exclusão e vulnerabilidade social em todo o país.

Segundo Campelo (2013, p.17):

Muitos mitos sobre o programa foram criados, entre estes estavam às falas de que as famílias não saberiam utilizar de maneira adequada os recursos, de que as mulheres engravidariam mais para gerar mais valores, ou até mesmo de que as famílias iriam se acomodar e não iriam mais trabalhar por conta de tal repasse em dinheiro.

Os serviços Socioassistenciais são ofertados através dos níveis de proteção social e são classificados pelo SUAS em: Proteção Social Básica que tem caráter preventivo, ou seja, tem o objetivo de prevenir situações de risco e a Proteção Social Especial de Média e Alta Complexidade que tem caráter protetivo, ou seja, tem o objetivo de proteger os usuários e suas famílias que estão em situações de risco e tiveram seus direitos violados (BRASIL, 2007, p.18).

A proteção social, referente à assistência social, se ocupa do enfrentamento de vulnerabilidades, riscos, vitimizações, fragilidades e contingências ocasionadas a indivíduos e famílias na trajetória de seu ciclo de vida; por decorrência de questões sociais, econômicas, políticas e de ataques à dignidade humana. Assim, a atuação da rede socioassistencial de proteção básica e especial é realizada diretamente por organizações governamentais, pelos órgãos gestores municipais ou mediante convênios, ajustes ou parcerias com organizações e entidades de assistência social (BRASIL, 2007, p. 18).

Para que o assistente social construa sua própria intervenção se faz necessário usar a crítica. De acordo com Sarmiento (2014), “[...] há em nossa intervenção profissional um ser profissional expresso na radicalidade em vivenciar o exercício da crítica” (SARMENTO, 2014, p. 160). Portanto é imperioso que o profissional seja crítico na execução de suas ações de rotina, porém, Sarmiento ressalta que para refletir a intervenção do assistente social é preciso lembrar que nele existe:

[...] expressão de toda a humanidade, uma totalidade complexa, formada do material e do imaterial, do objetivo e do subjetivo, significa dizer que não somos apenas o que existe, há camadas que guerreiam encantos e desencantos, alegrias e tristezas, corpo, razões, emoções e sentimentos, linguagem, ética, técnica e política (SARMENTO, 2014, p. 160).

De acordo com Battini (2009) a ação investigativa do assistente social:

[...] coloca-se como exigência da própria intervenção profissional do assistente social a atitude [...], pois ela aguça o espírito da descoberta, tornando-se condição para a ultrapassagem do aparente, evidenciando a 37 essência dos fenômenos nos seus nexos e conexões (BATTINI, 2009, p.55).

Os profissionais atuam como objeto na intervenção das expressões da questão social que se expressam nas desigualdades sociais, frutos das contradições sociais presentes na sociedade capitalista que geram o agravamento das condições de vida da população. A questão social está equacionada e entendida como objeto sob o qual incide ação do profissional que está relacionado com o conjunto das expressões das desigualdades da sociedade capitalista madura que tem uma raiz comum: a produção é cada vez mais coletiva, o trabalho tornar-se mais amplamente social, enquanto a apropriação dos seus frutos mantém-se privado e monopolizado por uma parte da sociedade (IAMAMOTO, 1999, p.27).

Embora regulamentada como uma profissão liberal e autônoma, segundo lamamoto (2012, p. 63): O Serviço Social não realiza como tal. Isso significa que o assistente social não detém todos os meios necessários para a efetivação de seu trabalho: financeiro, técnico e humano necessários ao exercício profissional autônomo.

Segundo Lavinias (2012), a instituição da política pública de assistência social expressa no Brasil o avanço da expansão e o reconhecimento dos direitos sociais, visto que seus princípios universais representam a ampliação da proteção social e da cidadania para todos, independentemente do vínculo empregatício/contributivo.

No Brasil, o PBF é o exemplo mais contundente desse modelo de política social, cuja gestão e execução envolve diretamente o exercício profissional dos assistentes sociais no âmbito da política de assistência social, desencadeando, como nos lembra Raichelis (2010), ao se referir às redefinições das políticas sociais, novas requisições, demandas e possibilidades ao trabalho do assistente social.

Tais programas de transferência de renda focalizados e condicionados carregam consigo a armadilha que os transformam em verdadeiros sistemas executores de critérios e penalidades com códigos de controles, regras e mecanismos que lhe são próprios, cuja tecnicidade garante a “organização da fila” para recebimento de benefícios (COBO, 2012), além de focalizar e buscar ativar os mais pobres.

Nessa ambiência, as atribuições exigidas ao assistente social se referem à capacidade de treinar o beneficiário para se inserir no mercado, de preferência formal. Segundo Sposati (2013, p. 658), “esse tipo de atividade deve se submeter a um processo socioeducativo pautado no domínio de procedimentos ocupacionais como cursos de docinhos, salgadinhos, pizza, manicure, depilação, entre outros,

pois nesse modo de pensar a proteção advém não de relações e vínculos, mas de condições individuais de ativação”.

O contato profissional com o usuário mediado por tecnologia robotizada coloca alguns desafios ao assistente social, visto que sua materialidade restringe a autonomia técnica, além de ferir uma das características principais da profissão, referente à sua natureza relacional. Esse cenário é denominado por Sposati (2011, p. 667) como “robotização do social”, cujas atividades profissionais são contaminadas pela percepção que concebe o cidadão enquanto mero fornecedor de dados, sendo a capacidade protetiva traduzida por números e cópias de documentos para a comprovação, por vezes vexatórias e meritocráticas de sua necessidade.

A natureza burocratizante, tecnicista e controladora da gestão do PBF favorece a presença de posturas profissionais de caráter humilhante, intrusivo e moralizador (CHOLLET, 2013) na relação com os beneficiários, em especial nos casos de descumprimento das condicionalidades.

Portanto, observa-se que o profissional que atende as famílias beneficiárias se insere numa situação de conflito entre valores (referenciados no Código de Ética profissional) ou, nos termos de Barroco (2012), desvalores e práticas negativas, cujas posturas profissionais são marcadas por autoritarismo, preconceito, dominação, exploração e discriminação.

Especialmente sobre a prática profissional na gestão das condicionalidades do PBF e em direção a concretude dos valores do Código de Ética é necessário (re)lembrar que o assistente social não pode confundir o seu trabalho com o de polícia, ou aceitar atribuições de segurança e vigilância. Cabe ao profissional recusar tais atribuições e se posicionar de maneira ética no confronto com o conservadorismo institucional (Barroco, 2012). Afinal, segundo o Código de Ética do Serviço Social, é proibido “acatar determinação institucional que fira os princípios e diretrizes deste Código” (CFESS, 1993, p. 22).

De acordo com Sarmiento (2014):

quando as instituições contratam os profissionais, exigem destes profissionais mais do que prestar atendimento as demandas emergenciais, mas também a organização das secretarias de assistência social, “[...] como um conjunto de práticas que partem da identificação e priorização de problemas, com base em informações, dados e indicadores sociais, para então definir objetivos, metas e estratégias [...]” (SARMENTO, 2014, p. 175).

Em direção ao enfrentamento desses desafios, é necessário não perder de

vista que o Código de Ética não é um documento abstrato. Ao contrário, ele oferece parâmetros para a ação cotidiana do trabalho do assistente social, e sua materialidade se expressa por ser um instrumento de dimensão jurídico-normativa, composto por normas, direitos, deveres e diretrizes concretas que se posicionam em direção a determinado interesse de classe (BARROCO, 2012).

De acordo com a fala de Iamamoto (2012):

Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos, a partir de demandas presentes no cotidiano (IAMAMOTO, 2012, p. 20)

A importância do registro desse posicionamento da categoria profissional também se resalta, como nos lembra Yazbek (2015), diante do presente cenário de despolitização que torna ainda mais pujante a defesa da resistência e da politização da ação social no nível das práticas cotidianas. Nesse sentido, para a autora, não há espaço para a neutralidade e se destaca a importância de inserção em espaços de lutas coletivas, como fóruns, conselhos e os posicionamentos da categoria profissional, por exemplo através de notas, manifestos etc.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Entender os motivos que levam os usuários necessitarem de auxílio dos Programas de Transferência de Renda e da Intervenção do Assistente Social é percorrer um caminho de lutas e garantia de direitos, pois é por meio de uma história permeada de histórico de vida, pobreza, discriminação, preconceito, falta de oportunidades, falta de autoestima e todo o contexto familiar em que os usuários estão inseridos.

A autora Guimarães (2018, p. 610) ainda contribui:

A concentração da riqueza, da terra e dos bens socialmente produzidos tem estado, portanto, nas mãos de poucos – os que detêm os meios de produção – enquanto a maioria da população – que vende a sua força de trabalho - vive em condições injustas e desumanas, que se expressam entre outros aspectos: na miséria, na pobreza, no desemprego ou em situações de precarização de trabalho, no analfabetismo ou em baixos índices educacionais, em condições precárias de habitabilidade e saúde etc. Associa-se a essa realidade uma série de outras desigualdades permeadas não só pelas relações econômicas, mas também de gênero, raça, etnia, condição de saúde, orientação sexual e, ainda, desigualdades regionais (em um país de dimensões continentais) e aquelas provenientes das relações entre o homem, a natureza e o meio ambiente. Enfim, as desigualdades no país são de várias ordens e natureza, mas sempre estão na relação imediata ou mediata com os rumos capitalistas dominantes do país em suas diferentes conjunturas sociais e políticas.

A desigualdade é advinda do sistema capitalista, assim como as políticas que servem como respostas à questão social para combater as desigualdades (GUIMARÃES, 2018).

Nessa perspectiva, o Serviço Social surge devido as exigências do capitalismo, pois esse sistema procurou formas de combater a reprodução social, mas a profissão se legitima através do Estado e da Igreja (católica) de modo que a questão social seja enfrentada por meio de práticas caritativas e conservadoras. No Brasil (1930-1940) a industrialização se desenvolvia dentro de um molde conservador, pois o Estado era grande apoiador dos empresários da época (PIANA, 2009).

Enquanto profissão, o Serviço Social fez jus a vários Códigos de Ética, qual norteou sua ação a cada fase histórica. É através do Código de Ética que o Serviço Social expressa seu compromisso ético com os usuários. É sabido que foi por meio de lutas da classe trabalhadora que a categoria adquiriu o código (BARROCO, 2017). Além do Código de Ética e do Projeto Ético-político, a profissão conta com as

dimensões constitutivas que permitem ao profissional dar direcionamento e estratégias de intervenção.

Ao descrever esse trabalho observamos que os programas de transferência de renda impactam positivamente na vida dos usuários.

De acordo com Silva, Yazbek e Giovanni (2004, p.47):

[...] “o Programa de Garantia de Renda Mínima tem o mérito, inquestionável, de ter iniciado o debate sobre a renda mínima na opinião pública brasileira”. Segundo os autores, foi este programa que inspirou a criação de um grande conjunto de PTR implementados, por iniciativa de municípios, estados e pelo Governo Federal. Trata-se de uma modalidade de programas sociais não só possíveis, mas que irão prevalecer no âmbito do Sistema Brasileiro de Proteção Social no início do século XXI.

Associando ao trabalho do Assistente Social junto a essa demanda, corroboramos com Iamamoto ao analisar e criticar a realidade social e o exercício profissional não significa esgotar o conhecimento acerca dela, bem como, elaborar possibilidades de intervenção. “Um dos maiores desafios que o assistente social vive no presente é desenvolver sua capacidade de decifrar a realidade e construir propostas de trabalho criativas e capazes de preservar e efetivar direitos [...]” (IAMAMOTO, 2012, p. 20). O assistente social é um profissional qualificado para intervir na realidade, mas que encontra inúmeras dificuldades para sua intervenção, e isso se torna mais sério ainda, quando se projetam transformações sociais.

Finalmente considera-se que este trabalho, além de alcançar os objetivos propostos, contribuiu sobremaneira na construção de conhecimento em relação ao tema estudado, permitindo reflexões críticas sob o atuar profissional no junto aos Programas de transferência de Renda.

REFERÊNCIAS

ANDRADE, Diogo de Calasans Melo. Historicidade da propriedade privada capitalista e os cercamentos. **Revista História: Debates e Tendências**, Passo Fundo, v. 18, n. 3, p. 408-419, set./dez. 2018. Disponível em: <http://seer.upf.br/index.php/rhdt/article/view/8597>. Acesso em 01 de dezembro de 2020.

BARROCO, Maria Lucia Silva; TERRA, Sylvia Helena. **Código de ética do assistente social comentado**. São Paulo: Cortez, 2013.

_____. BARROCO, Maria Lucia. Memória e Conquistas históricas. *Serviço Social e Sociedade*, n. 128, p. 178-180, jan./abr., 2017.

BATTINI, Odária. Atitude investigativa e prática profissional. **A prática profissional do assistente social: teoria, ação, construção de conhecimento**. Myrian Veras Baptista, Odária Battini (orgs.). São Paulo: Veras Editora, 2009.

BICCA, Carolina Scherer. A assistência social após a constituição federal de 1988. **Caderno Virtual**, v. 2, n. 24, 2011. Disponível em: <file:///C:/Users/55499/Downloads/588-2021-1-PB.pdf> Acesso em 17 de set de 2021.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Brasília, DF: Presidência da República, 1988.

Brasil e México em perspectiva comparada. **Saúde em Debate**, v. 42, p. 364-381, 2018. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/0103-1104201811702> Acesso em: 10/01/2021

BRASIL. **Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**. Secretaria Nacional de Assistência Social (Org.). Política Nacional de Assistência Social. Brasília, DF, 2004.

BRASIL. **Decreto nº 5.209, de 17 de set. de 2004**. Regulamenta a Lei nº 10.836, de 9 de janeiro de 2004, que cria o Programa Bolsa Família, e dá outras providências. Brasília/DF, 2004. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2004/Decreto/D5209.htm. Acesso em: 05 de nov. 2021

BRASIL, PORTAL. Bolsa Família beneficia mais de 13 milhões famílias de baixa renda. **Portal Brasil, Brasília, DF**, v. 10, 2015. Acesso em: 14 nov. 2021. http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.836.htm

CASTEL, Robert. **As Metamorfoses da Questão Social**, Petrópolis: Editora Vozes, 1995.

CFESS - Conselho federal de serviço social. **Código de Ética Profissional do Assistente Social**. Resolução n. 273, de 13 de março de 1993. Publicada no Diário Oficial da União, Brasília, 30 mar. 1993. Brasília: CFESS, 1997

_____. In: CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO SOCIAL (CFESS) (Org.).

Código de Ética comentado. São Paulo: Cortez, 2012.

SOCIAL - CONSELHO FEDERAL DE SERVIÇO. Serviço Social a caminho do Século XXI: o protagonismo ético-político do Conjunto CFESS/CRESS. **Serviço Social & Sociedade**, v. 50, p. 172-190, 1996.

CARLIN, Suellen de Souza. **A visibilidade e a intervenção do Assistente Social diante dos motivos do acolhimento institucional de crianças e adolescentes**. Monografia (Graduação em Serviço Social). Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador, 2020.

CARVALHO, Maria Irene. Ética, Serviço Social e “responsabilidade social”: o caso das pessoas idosas. **Revista Katálysis**, Florianópolis, v. 14, n. 2, p. 239-245, jul./dez. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/rk/v14n2/11.pdf>. Acesso em: 17 set. 2021.

CECCHINI, Simone. Transferências condicionadas na América Latina e caribe: da inovação à consolidação. *In*: CAMPELLO, Tereza; Neri, Marcelo Cortês (orgs.). **Programa Bolsa Família: uma década de inclusão e cidadania**. Brasília: IPEA, 2013, p. 369-396.

COLIN, Denise Ratmann Arruda; PEREIRA, Juliana Maria Fernandes; DE MASSARANI GONELLI, Valéria Maria. Trajetória de construção da gestão integrada do Sistema Único de Assistência Social, do Cadastro Único e do Programa Bolsa Família para a consolidação do modelo brasileiro de proteção social. **Bolsa Família**, p. 47, 2013. Disponível em: www.mds.gov.br/webarquivos/publicacao/assistencia_social/Livros/20anosLOAS.pdf

CHAVES, Helena Lúcia Augusto; ARCOVERDE, Ana Cristina Brito. Desigualdades e privação de direitos na sociabilidade capitalista e suas expressões no Brasil. **Serviço Social & Sociedade**, p. 164-182, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/jK8Jvp8DJFPsS6FHGcBXSnt/?lang=pt> acesso em 20 de ago de 2021.

CHIODA, Laura; DE MELLO, João MP; SOARES, Rodrigo R. Efeitos colaterais dos programas de transferência condicionada de renda: o Bolsa Família e o crime no Brasil urbano. **Economics of Education Review**, v. 54, p. 306-320, 2016.

CHOLLET, Mona. Uma utopia ao alcance das mãos. **Le Monde Diplomatique**, São Paulo, ano 6, n. 70, p.19, maio 2013.

COBO, Barbara. **Políticas focalizadas de transferência de renda: contextos e desafios**. São Paulo: Cortez, 2012.

DENZIN, Normann; LINCOLN, Yoanna. **O planejamento da pesquisa qualitativa: teorias e abordagens**. Porto Alegre: Artmed, 2006.

DIREITO, D.; KOGA, N. Ecosistema do Cadastro Único e seus programas usuários: uma análise relacional. **Anais do 40-º Encontro Anual da Anpocs**, 2016.

FERREIRA, Charlene Thayse. **A contribuição e a intervenção do Profissional Assistente Social no processo de adoção**. Possibilidades e oportunidades para o

adotante e o adotado. Monografia (graduação em Serviço Social) Universidade do Alto Vale do Rio do Peixe. Caçador, 2020.

ESTEVIÃO, Ana Maria Ramos. **O que é Serviço Social**. 6. Ed., São Paulo: Brasiliense, 2006.

_____. **O Serviço Social na contemporaneidade: dimensões históricas, teóricas e ético-políticas**. Fortaleza, CRESS –CE, Debate n. 6, 1997

FALEIROS, Vicente de Paula. **O que é Política Social**. 5ª ed. São Paulo: Brasiliense, 1991.

_____. **Estratégias em Serviço Social**. São Paulo, Cortez, 1997

_____. **Reconceituação do Serviço Social no Brasil: uma questão em movimento?** Revista Serviço Social & Sociedade nº 84. p 21-36. São Paulo: Cortez, 2005.

FERRAREZ, Cynthia Santos; BARCELLOS, Warllon de Souza. Serviço Social Contemporâneo e as Lutas Sociais: análise dos limites e objetivações do projeto ético-político. **Revista Ser Social**, v. 18, n. 38, p. 115-132, jan./jun., 2016. Disponível em: https://periodicos.unb.br/index.php/SER_Social/article/view/14270/12589. Acesso em: 03 out. 2020.

FONTES, Virgínia. **Capitalismo. Crises e Conjuntura. Serviço Social e Sociedade**, São Paulo, n. 130, p. 409-425, set./dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/sssoc/n130/0101-6628-sssoc-130-0409.pdf>. Acesso em: 29 set. 2020.

FURTADO, Celso. **O Brasil pós-milagre**. Coleção ESTUDOS BRASILEIROS; v. 54. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1982.

FRANÇA, Gladis Magali. **A intervenção do Assistente Social diante dos Impactos dos Programas de Transferência de Renda na vida cotidiana das Famílias em vulnerabilidade social**. 2019. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, 2019.

GERHARDT; Tatiana Engel; SILVEIRA, Denise Tolfo. **Métodos de pesquisa coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GODINHO, Cavalcante Isabel. **Anais do I circuito de debates acadêmicos, Eixo Temático: O Serviço Social e o Desenvolvimento Pobreza e desigualdade social no Brasil: um desafio para as Políticas Sociais**. 2011, Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/code2011/chamada2011/pdf/area2/area2-artigo31.pdf> Acesso em 10 de set de 2021.

GODOY, Mariana Molina; COUTO, Eduardo Luis. **O Congresso da Virada de 1979 e o Projeto Ético Político Profissional**. Revista Inscrita , Rio de Janeiro, 2009.

Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/1963-5419-1-PB%20(1).pdf.
Acesso em: 02 out. 2020.

GUERRA, Yolanda. **Instrumentalidade do processo de trabalho e Serviço Social**. São Paulo: Cortez, 2000.

GUIMARÃES, Simone de Jesus. Desigualdades Sociais, Questão Social e Políticas Públicas. *Revista de Políticas Públicas*, v. 22, p. 608-624, 2018. Disponível em: file:///C:/Users/Cliente/Downloads/9802-29513-1-PB.pdf. Acesso em: 12 nov 2021.

HOFFMEISTER, Angélica Rodrigues. **Serviço Social, ética e o Compromisso Profissional**. 2012. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2012.

HÖFLING, Eloisa de. Estado e políticas (públicas) sociais. **Cadernos cedes**, v. 21, p. 30-41, 2001.

IAMAMOTO, Marilda Vilela; CARVALHO, Raul de. **Relações Sociais e Serviço Social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico metodológica**. 4 ed. São Paulo: Cortez/Celats, 1985.

_____. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. 26 ed. São Paulo: Cortez, 2015.

_____. **Serviço Social em tempo de capital fetiche**. São Paulo: Cortez, 2007.

LAVINAS, Lena. Na contramão dos direitos universais. **Política social e desenvolvimento: o Brasil entre dois projetos**, v. 1, 2012. Disponível em: Acesso em: 10 dez. 2012.

LIMA, Etyanne Uhlmann de. **O Ensino Teórico-Prático em Serviço Social na cidade de Manaus: A formação Profissional em questão**. 2017. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) - Universidade Federal do Amazonas, Manaus, 2017. Disponível em :
https://tede.ufam.edu.br/bitstream/tede/6560/2/Disserta%c3%a7%c3%a3o_Etyanne%20Lima . Acesso em 10 de outubro de 2021.

LINS, Maria; ALEXANDRE, Danniele. **O serviço social na sociedade capitalista e a sua participação nos processos de enfrentamento da questão social**. **Ciências Humanas e Sociais**, Maceió, v. 2, n.2, p. 25-36, nov. 2014.

LOPES, Márcia. TAPAJÓS, Luziele. **Política Social: mais Estado e realização de direitos**. *Sociedade em Debate*, Pelotas, 12(1): 103-116, jun./2006. Disponível em: <http://www.rsd.ucpel.tche.br/index.php/rsd/article/download/439/393>. Acesso em 30 de abril de 2019.

MARQUES, Raquel Mende de Sá, **Desvendando o Social no Governo Lula**. In: PAULA, João Antônio de (org.). **Adeus ao Desenvolvimento: a opção do governo Lula**. Belo Horizonte: Autêntica, 2005, p. 143 – 178.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço Social Identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. L. I e II, v. I e II.

_____. O capital (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. L. I, v. I e II.

MARX, K.; ENGELS. **A ideologia alemã. Tradução de Álvaro Pina**. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

MORAES, Verena Duarte de; PITTHAN, Rachel Guimarães Vieira; MACHADO, Cristiani Vieira. Programas de Transferência de Renda com Condiionalidades:

NETTO, J. P. **A construção do projeto ético-político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Módulo 1. Brasília: CEAD/ABEPSS/CFESS, 2006.

PRATES, Jane Crus; CARRARO, Gissele. “Na prática a teoria é outra” ou separar é armadilha do Capitalismo? **Argumentum**, v. 9, n. 2, p. 161-171, maio./ago., 2017. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/argumentum/article/view/15424/11903>. Acesso em: 30 set. 2020.

MARTINS, José de Souza. A sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais. 3 ed. Petrópolis, Rio de Janeiro, Vozes, 2008.

MARTINELLI, Maria Lúcia, **Serviço Social Identidade e alienação**. 16 ed. São Paulo: Cortez, 2011.

MARX, K. O capital. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1968. L. I e II, v. I e II.

_____. O capital (inédito). São Paulo: Ciências Humanas, 1978. L. I, v. I e II.

MIGOT, Fernanda. Portal Administradores: A origem e Importância do Programa Bolsa Família. 2010. Disponível em: . Acesso em 12 de nov de 2021

MOISÉS, Carla Carolinne. **O projeto ético-político do serviço social brasileiro frente à ofensiva “neoconservadora”**. In: II SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL, TRABALHO E POLÍTICA SOCIAIS, 2., 2017. [...] **Anais**. Florianópolis: UFSC, out. 2017. p. 1-10.

MOORE, Mick .; HOSSAIN, Naomi. Elites, pobreza e políticas públicas. In: REIS, Jair ; MOORE, Mick. **Percepções da elite sobre pobreza e desigualdade**. Nova York: Zed Books, 2005.

NETTO, José Paulo. Cinco notas a propósito da “Questão Social”. Revista Temporalis, nº 3. (Revista da Associação Brasileira de Ensino e Pesquisa em Serviço Social – ABEPSS), ano II, 2004.

_____. **Construção do projeto ético político contemporâneo**. In: Capacitação em Serviço Social e Política Social. Modulo 1. Brasília: CEAD/BEPSS/CFESS, 1999.

_____. **O Movimento de Reconceituação: 40 anos depois.** São Paulo: Cortez, 2005.

OLIVEIRA, Patricia Elaine; PIRES, Valdirene da Rocha; Elaine Aparecida. **Os Instrumentais Técnico Operativos do Serviço Social Utilizados no Atendimento à População de Rua: Um Estudo da Atuação do Serviço Social no Atendimento Social Avançado – ASA- Curitiba.** Caderno Humanidade em Perspectivas, v. 3, n. 2, 2018. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/803-1650-1-PB%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/803-1650-1-PB%20(1).pdf). Acesso em: 26 de set de 2020.

PEREIRA, Luiz Carlos Bresser. **A Reforma do Estado dos anos 90: Lógica e Mecanismos de Controle. Caderno 1.** Ministério da Administração Federal e Reforma do Estado. Brasília - DF / 1997. Disponível em: < http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/publicacao/seges/PUB_Seges_Mare_caderno01.PDF>. Acesso em: 04 maio 2012.

PENA, Rodolfo F. Alves. **"O que é Capitalismo?". Brasil Escola.** Disponível em: <https://brasilecola.uol.com.br/o-que-e/geografia/o-que-e-capitalismo.htm>. Acesso em 09 de novembro de 2021.

PIZANI, Alessandro; REGO, Walkiria Leão. **Pobreza e cidadania.** Módulo I . UFSC: ETV, 2014.

PIANA, Maria Cristina. **O Serviço Social na Contemporaneidade: demandas e respostas.** São Paulo: Editora UNESP. 2009.

RAICHELIS, Raquel. Intervenção profissional do assistente social e as condições de trabalho no Suas. Serviço Social & Sociedade, São Paulo, n. 104, dez. 2010.

RODRIGUES, Raquel Machado Pereira. **Serviço Social no Terceiro Setor: Uma Análise da Prática do (A) Assistente Social no SESC/Fortaleza e sua Articulação com o Projeto Ético-Político.** 2013. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Faculdade Cearense – FAC, Fortaleza, 2013.

RUSCHEL. Mariele Stertz, JURUMENHA. Mary Andrea Alves, DUTRA. Patricia Vicente. **Seminário de serviço social, trabalho e política social. Ufsc 27 a 29 de outubro de 2015. Os programas de transferência de renda no brasil e a institucionalização do programa bolsa família.** Disponível em: http://seminarioservicosocial2017.ufsc.br/files/2017/05/Eixo_3_094.pdf. Acesso em 28 de outubro de 2021.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. O debate contemporâneo sobre a intervenção profissional. In.: FAGUNDES, Helenara Silveira e SAMPAIO, Simone Sobral (Orgs). Serviço Social, Questão Social e Direitos Humanos. (v. 01). Florianópolis: Ed da UFSC, 2014.

SANTOS, Cláudia Mônica dos. A dimensão técnico-operativa e os instrumentos e técnicas n Serviço Social. **Revista Conexão Geraes**, n. 3, 2013. Disponível em: [file:///C:/Users/Cliente/Downloads/A%20dimensao%20tecnico%20operativa%20e%20os%20instrumentos%20e%20tecnicas%20no%20Servico%20Social%20\(1\).pdf](file:///C:/Users/Cliente/Downloads/A%20dimensao%20tecnico%20operativa%20e%20os%20instrumentos%20e%20tecnicas%20no%20Servico%20Social%20(1).pdf). Acesso em: 25 out. 2021.

SANTOS, José et al. Adoção de Crianças por Casais Homossexuais: As Representações Sociais. **Temas em Psicologia**, São Paulo, v. 26, n. 1, p. 139-152, mar. 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/tpsy/v26n1/2358-1883-tpsy-26-01-0139.pdf>. Acesso em: 10 set. 2021.

SANTOS, M. C. M. D. **Fome Zero: breve análise, suas propostas e implicações**. 2004.

SILVA, Marizete Pereira da. Dilemas, **Desafios, Avanços e Conquistas Vivenciados por dependentes Químicos de uma unidade Terapêutica no olhar do Serviço Social**. 2018. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Serviço Social) – Universidade Alto Vale do Rio do Peixe, Caçador, 2018.

SILVA, Maria Ozanira Silva; OZANIRA, Maria. Crise da sociedade salarial e renda mínima: nova forma de política social. **Cadernos de pesquisa**, v. 29, 1996.

SILVA, E. L., MENEZES, E. M. (2000) **Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação**. Programa de Pós Graduação em Engenharia de Produção, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2000, 118p.

SILVA e SILVA, Maria Ozanira (Coord.), LIMA, Valéria Ferreira Santos de Almeida. **Avaliando o Bolsa Família: unificação, focalização e impactos**. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA E SILVA, Maria Ozanira, YAZBECK, Maria Carmelita; GIOVANNI, Geraldo Di. **A política social brasileira no século XXI: a prevalência dos programas de transferência de renda**. 4. **Ed. Revisada e ampliada**. São Paulo: Cortez, 2008.

SOARES, Sergei S. D. **O perfil da discriminação no mercado de trabalho: homens negros, mulheres brancas e mulheres negras**. Textos para Discussão IPEA, Brasília, DF, n. 769, 2000.

SOUZA, Celina. Políticas Públicas: uma revisão da literatura. **Sociologias**, Porto Alegre, v. 8, n. 16, p. 20-45, jul./dez. 2006.

SUÁREZ, Mireya; LIBARDONI, Marlene. **Avaliação de políticas e programas do MDS: resultados: Bolsa Família e Assistência Social./ Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome**; Secretaria de Avaliação e Gestão da Informação – Brasília, DF: MDS; SAGI, 2007.

SPOSATI, Aldaiza. Descaminhos da seguridade social e desproteção social no Brasil. **Ciência & Saúde Coletiva**. 2018, v. 23, n. 7, pp.2315-2325. Acesso em 19 setembro 2021. Disponível em: <https://scielosp.org/pdf/csc/2018.v23n7/2315-2325/pt>.

_____. **Regulação social tardia: característica das políticas sociais latino-americanas na passagem entre o segundo e terceiro milênio**. Rio de Janeiro: IPEA, 2002 (Texto para Discussão, 436).

_____. **Tendências latino-americanas da política social pública no século 21**. *Katálysis*, Florianópolis, v. 14, n. 1, jan./jun. 2011.

TEIXEIRA, Elenaldo Celso. **O Papel das Políticas Públicas no Desenvolvimento Local e na Transformação da Realidade (2002)**. Disponível em: <
http://www.fit.br/home/link/texto/politicas_publicas.pdf>. Acesso em 15 nov. 2011.

TINTI, Éliidi Cristina. Capitalismo, trabalho e serviço social. In: **Capitalismo, trabalho e formação profissional: dilemas do trabalho cotidiano dos assistentes sociais em Ribeirão Preto** [online]. São Paulo: Editora UNESP. 2015.

THOMÉ, Débora. **O Bolsa Família e a social-democracia**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2013.

VIEIRA, M. M. F. e ZOUAIN, D. M. **Pesquisa qualitativa em administração: teoria e prática**. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2005.

WOODS, Ellen Meiksins. **A origem do capitalismo**. Tradução, Vera Ribeiro. 143 p., 2001. Disponível em:
https://www.academia.edu/28562121/WOOD_Ellen_Meiksins_A_origem_do_capitalismo_2. Acesso em 29 de agosto de 2020.

YAZBEK, Carmelita. In: ENCONTRO INTERNACIONAL, 3., ENCONTRO NACIONAL DE POLÍTICA SOCIAL: CAPITALISMO CONTEMPORÂNEO: TENDÊNCIAS E DESAFIOS DA POLÍTICA SOCIAL, 10., Vitória: Ufes, 2015. [Comunicação oral.]

ZIMMERMANN, Clóvis Roberto. Os programas sociais sob a ótica dos direitos humanos: **O caso do bolsa Família do governo Lula no Brasil**. In: Sur – revista internacional de direitos humanos, São Paulo, Ano 3, n. 4, 2006, p. 144.